

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC DANIEL THOMAZ MORAES

A OPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO:  
atuando como instrumento de comprometimento do processo decisório do oponente.

Rio de Janeiro

2020

CC DANIEL THOMAZ MORAES

A OPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO:  
atuando como instrumento de comprometimento do processo decisório do oponente.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.  
Orientador: CF Thiago Montilla Tavares de Almeida

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2020

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa Milena pelo irrestrito e persistente incentivo durante o período de elaboração desse trabalho e ao meu filho Daniel por ter me mostrado o milagre da vida e o verdadeiro significado da palavra amor.

Aos meus amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores do ano de 2020 e, de forma especial, a todos da turma Almirante Maximiano, por mais uma vez estarmos reunidos com o mesmo propósito.

Ao meu orientador, CF Thiago Montilla Tavares de Almeida, pela amizade, precisas orientações, ensinamentos, incentivos e paciência desde sempre.

A Deus, por tudo.

“A Lei da Guerra se baseia no engano. Finja ser incapaz quando puder atacar e ser capaz quando não puder. Se está longe, pareça estar perto; se perto, pareça estar longe. Use iscas para atrair o inimigo”.

(Sun Tzu)

## RESUMO

O tema do trabalho é a Operação de Informação (OpInfo) na primeira Guerra do Golfo (1990-1991). O objetivo é descrever e correlacionar os conceitos/teorias de OpInfo e, mais especificamente, analisar a estratégia de emprego das Capacidades Relativas à Informação (CRI) utilizadas pela Força de Coalizão durante a primeira Guerra do Golfo, como instrumento de comprometimento do processo decisório do planejamento militar iraquiano de defesa. Para isso, realizou-se um desenho exploratório focado na doutrina sobre o assunto e na Teoria do Ciclo de Decisão de John Boyd, identificou-se o contexto histórico e estratégico do Oriente Médio à época e limitou-se o objeto de pesquisa às ações militares afetas às OpInfo da Operação *Desert Storm*, descrevendo o emprego, por parte das Forças de Coalizão, de diversas CRI, que visavam negar ao Iraque informações sobre a manobra que seria realizada para a libertação do Kuwait, destacando-se o despistamento que afastou a atenção dos iraquianos do oeste, levando-os a posicionar suas melhores tropas a leste para impedir o assalto anfíbio. Finda a descrição dos fatos, concluiu-se que as CRI podem ser efetivamente empregadas em operações, para criar efeitos e condições operacionais necessárias para alcançar os objetivos desejados e comprometer o processo decisório do oponente.

**Palavras-chave:** Operação de Informação (OpInfo). Capacidades Relativas à Informação (CRI). Processo Decisório. Iraque. Força de Coalizão. Estados Unidos da América (EUA). Operação *Desert Storm*.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - O Ciclo OODA.....   | 50 |
| Figura 2 - As dimensões do ambiente operacional.....   | 51 |
| Figura 3 - As perspectivas da dimensão informacional.....  | 51 |
| Figura 4 - Representação esquemática das Operações de Informação.....  | 52 |
| Figura 5 - A região de Shatt Al-Arab.....  | 53 |
| Figura 6 - As reservas de petróleo da região de Rumáila.....   | 54 |
| Figura 7 - Organograma da Força de Coalizão.....   | 55 |
| Figura 8 - O Teatro de Operações.....  | 56 |
| Figura 9 - A manobra Hail Mary.....  | 57 |
| Figura 10 - Posicionamento a Força Naval da Coalizão para realização da manobra de despistamento – Demonstração Anfíbia..... | 58 |
| Figura 11 - Forças de Fuzileiros Navais simulando esforço na fronteira entre o Kuwait e Arábia Saudita.....                  | 58 |
| Figura 12 - Ações planejadas para a Operação Desert Storm.....   | 59 |

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>7</b>  |
| <b>2</b> | <b>FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA</b> .....                     | <b>10</b> |
| 2.1      | O ciclo de decisões ou ciclo OODA de John Boyd .....                | 10        |
| 2.2      | A crescente importância da dimensão informacional .....             | 12        |
| 2.3      | A doutrina de Operações de Informação .....                         | 18        |
| <b>3</b> | <b>A PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO</b> .....                             | <b>24</b> |
| 3.1      | Contextualização histórica .....                                    | 24        |
| 3.2      | A guerra .....  | 27        |
| <b>4</b> | <b>AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NA PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO</b> ..... | <b>35</b> |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÃO</b> .....  | <b>43</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | <b>47</b> |
|          | <b>ANEXOS</b> .....   | <b>50</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

As três últimas décadas testemunharam o crescimento das redes de comunicações, que diminuiu a distância entre os Estados, corporações e as pessoas do mundo. O avanço da tecnologia das informações facilita a comunicação global, contudo, também facilita a troca de informações entre os membros de grupos extremistas e violentos.

Nesse sentido, a informação passa a ser uma relevante ferramenta para influenciar, interromper, corromper ou usurpar a capacidade de um adversário de tomar decisões, bem como de comunicá-las aos demais escalões.

Em que pese o termo Operações de Informação (OpInfo) – no sentido de ser o conjunto de doutrinas militares e diplomáticas para usar e operar o “poder da informação” – ser relativamente recente, seu método de emprego é bem antigo, já que o despistamento sempre esteve presente nas operações militares, como forma de dificultar a tomada de decisão do inimigo. Sob esse enfoque, as OpInfo são empregadas desde o tempo de paz, visando a inserir a dimensão informacional em um planejamento militar, coordenando e sincronizando as diversas capacidades que atuam sobre todas as perspectivas, buscando a sinergia e a formatação de um ambiente operacional favorável às ações da nossa Força. Assim, percebe-se o crescimento da importância da dimensão informacional, que se transforma em um verdadeiro campo de batalha, além de multiplicador de força, quando empregado de forma eficaz.

Nesse contexto, a Primeira Guerra do Golfo (1990-1991) apresenta-se como um terreno propício para o emprego das OpInfo, que se fizeram presentes desde as primeiras fases da guerra, em que a Coalizão<sup>1</sup> realizou o emprego de algumas Capacidades Relacionadas à

---

<sup>1</sup> Ao todo, 34 países participaram da Coalizão, em algum nível. Esta foi a maior coalizão militar reunida desde a Segunda Guerra Mundial. Cerca de 73% das tropas da Coalizão enviadas para combater o Iraque eram dos EUA. O comando coube ao general americano Herbert Norman Schwarzkopf, Jr. (1934 – 2012) (SCHUBERT, 1998).

Informação (CRI), como ações preparatórias para o posterior avanço das tropas terrestres contra as forças iraquianas.

Dessa forma, o propósito deste trabalho é responder a seguinte questão: O emprego de OpInfo, por parte das Forças de Coalizão, comprometeu o planejamento militar iraquiano, durante a Operação *Desert Storm*, na Primeira Guerra do Golfo, em 1991?

Para o atingimento do objetivo traçado, será utilizado o desenho de pesquisa exploratório, fundamentado em consulta documental e bibliográfica, tomando-se por base as doutrinas de OpInfo da Marinha do Brasil (MB), do Exército Brasileiro (EB) e da Joint Chief of Staff (JCS) dos Estados Unidos da América (EUA), além de outros recursos bibliográficos sobre o tema, a fim de, à luz da teoria de ciclos de decisão ou ciclo OODA: Observação, Orientação, Decisão e Ação, do Coronel John Boyd (1927-1997), piloto de combate da Força Aérea dos EUA, responder ao questionamento proposto.

A pesquisa será estruturada em uma introdução, três capítulos de análise e uma conclusão. No capítulo 2, serão examinados os fundamentos teóricos, que permitirão a compreensão da pesquisa, bem como os conceitos nela adotados. O objetivo será que os entendimentos teóricos sobre as OpInfo possam orientar a análise das ações militares da guerra em lide.

No terceiro capítulo, será apresentado o contexto histórico da Primeira Guerra do Golfo, desenvolvidos estudos sobre as causas da guerra, com enfoque na importância estratégica da região do Oriente Médio, e consideradas as ações militares da guerra.

No capítulo 4, analisar-se-á a guerra com ênfase nas OpInfo, com o objetivo de verificar, à luz do arcabouço teórico apresentado, se as ações militares desenvolvidas foram eficazes para o comprometimento do processo decisório do oponente.

Por fim, será apresentada uma conclusão com o desfecho do estudo que, com base nos argumentos apresentados nos capítulos anteriores, pretende analisar a importância das OpInfo dentro da Operação *Desert Storm*.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA**

Neste capítulo, serão examinados os fundamentos teóricos, que permitirão a compreensão da pesquisa, bem como os conceitos nela adotados. Será composto por três seções. Na primeira, será apresentada a teoria de ciclos de decisão ou ciclo OODA: Observação, Orientação, Decisão e Ação, do Coronel John Boyd (1927-1997), piloto de combate da Força Aérea dos Estados Unidos da América (U.S Air Force). Na segunda, será examinada a crescente importância da dimensão informacional, além de ideias sobre Superioridade Informação (SupInfo) e Operações Baseadas em Efeitos (OBE). Por fim, na terceira seção, será conceituada a Operação de Informação (OpInfo).

### **2.1 O ciclo de decisões ou ciclo OODA de John Boyd**

O Coronel John Boyd, em um de seus briefings, conhecido por *Patterns of Conflict*, transportou os conceitos de seus estudos sobre o combate aéreo, para os combates terrestres. Ele concluiu que, uma das formas para um contendor mais fraco obter a vitória sobre um contendor mais forte é o uso do tempo como arma. Logo, um conflito pode ser visto como uma competição de ciclos de tempo, conhecidos como ciclos de decisão ou ciclo OODA: Observação, Orientação, Decisão e Ação (HAMMOND, 2001).

O ciclo inicia-se com a fase observação, na qual o decisor recebe a informação sobre a situação atual do exterior, das circunstâncias de momento, de orientações ou ordens recebidas, da interação que tem com o ambiente ou do resultado das suas ações. Tal informação pode ser proveniente dos seus sentidos, de uma rede de sensores ou de uma rede de informação. Na segunda fase (orientação), o decisor vai processar a informação recolhida durante a fase anterior. Esse processamento é afetado pela sua herança genética, tradição cultural, intuição, formação, experiência prévia, por nova informação e pela análise e síntese que faz da

informação que recebe. Na terceira fase (decisão) o decisor toma uma decisão efetiva sobre como vai agir, para, na última fase (ação), executar a ação e preparar-se para o início do novo ciclo, recolhendo o resultado da sua ação, para alimentar com nova informação o ciclo que se iniciará (FIG. 1, Anexo A) (BRASIL, 2013).

Lind (1985), em seu livro *Maneuver warfare handbook*, cita que, em uma situação de conflito cada oponente opera seu próprio ciclo e explica o significado da expressão — competição de ciclo de tempos: “[...] sobrepujar o ciclo de Boyd do inimigo, de modo constante e rápido, mediante ciclos OODA que se fizerem necessários para que o inimigo perca a sua coesão até que ele não seja mais capaz de lutar como uma força organizada e efetiva” (LIND, 1985, p. 6, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Logo, analisando uma situação de conflito sob a ótica competitiva dos ciclos de tomada de decisão, observamos que dois oponentes que estejam executando seus ciclos de processo decisório concomitantemente, entram num ciclo vicioso de ação-reação, em que um estará sempre reagindo à ação do outro. Portanto, para se obter vantagem nesta competição, um dos oponentes deve acelerar a transição dos seus ciclos ou procurar comprometer o ciclo de decisões do inimigo.

Nesse sentido, existem duas formas de se obter este resultado: recorrer ao uso da tecnologia para comprimir seu próprio ciclo e obter melhores efeitos sobre o adversário; ou criar uma situação que o nosso adversário não consiga se adaptar, entrando naquilo que Boyd designou de entropia mental, o que o leva a não conseguir completar o processo ou a tomar uma decisão errada (OSINGA, 2005).

Já segundo Lind (1985), em linhas gerais, existem três pontos que cercam a teoria de Boyd e que ajudam a compreender o seu funcionamento. O primeiro deles considera que

---

<sup>2</sup> Original em inglês: “[...] means Boyd Cycling the enemy, being consistently faster through however many OODA Loops it takes until the enemy loses his cohesion - until he can no longer fight as an effective, organized force”.

somente uma organização descentralizada pode ter um ciclo OODA rápido, pois uma cadeia de comando rígida gera lentidão ao ciclo. O segundo foca na capacidade de causar confusão e desordem ao processo decisório do oponente. O terceiro ponto defende que todos os padrões devem ser evitados, para que o inimigo não seja capaz de prever as nossas ações.

Nesse contexto, entende-se que, ao acelerar o próprio ciclo OODA, e desacelerar o do oponente, o contendor eficiente busca se colocar à frente do seu adversário. Diante de uma série de transições rápidas, o oponente, em determinado ponto, não consegue compreender as mudanças que estão ocorrendo, porque seu ciclo é lento e sua visão da realidade distorcida. Assim, o contendor mais eficiente passa a ditar o ritmo da competição de ciclo decisões, fazendo com que reste ao seu oponente, apenas a opção de reagir às ações do contendor mais eficiente.

Nota-se, ainda, a importância da informação do resultado alcançado no ciclo anterior para a eficácia do novo ciclo que se iniciará e verificamos que a competição de ciclo de decisões visa a influenciar a mente do adversário, para reduzir a sua capacidade de tomar boas decisões ou até mesmo o tornar incapaz de decidir. Além disso, constata-se que recorrentes derrotas em ciclos sucessivos levariam um contendor à derrota. Em síntese, é possível afirmar que, por meio da competição de ciclos de decisão, influencia-se e compromete-se o processo decisório do oponente e que podem ocorrer sucessivas vitórias nesta competição.

## **2.2 A crescente importância da dimensão informacional**

As operações militares desenvolvem-se no ambiente operacional que, de acordo com o Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015), é o conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço em que atuam as forças militares e que afetam e interferem na forma como são empregadas, que se subdivide em três dimensões (FIG. 2, Anexo B). A

primeira delas, a dimensão física, tem seu foco nos ambientes e condições meteorológicas das áreas de operações. A segunda, a dimensão humana, engloba os elementos relacionados às estruturas sociais, seus comportamentos e interesses, comumente geradores do conflito. E, por fim, a terceira, a dimensão informacional (BRASIL, 2018), que a MB define como sendo:

O conjunto de indivíduos, organizações e sistemas no qual tomadores de decisão são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação. Essa dimensão é composta de três perspectivas inter-relacionadas que interagem continuamente entre si e com indivíduos, organizações e sistemas (BRASIL, 2018, p. 2-3).

Conforme visto, a dimensão informacional também está subdividida, nesse caso, em três perspectivas inter-relacionadas (FIG. 3, Anexo B), a física, lógica e cognitiva.

A perspectiva física é composta por sistemas de comando e controle (C2)<sup>3</sup>, pelo apoio de infraestruturas e inclui seres humanos, unidades de processamento de computadores, jornais, livros, laptops, smartphones, tablets ou quaisquer outros objetos e medidas. Cabe salientar que esta perspectiva não se limita apenas aos sistemas e processos tipicamente militares ou nacionais, sendo ela uma rede conectada que extrapola as fronteiras geográficas, políticas, psicossociais e econômicas e que possui caráter multinacional (BRASIL, 2018).

A perspectiva lógica engloba onde e como as informações são obtidas, produzidas, armazenadas, protegidas e difundidas. É onde o C2 das forças militares é exercido e por meio da qual a intenção do comandante é transmitida. Logo, qualquer ação sobre essa perspectiva afeta o conteúdo e o fluxo de informações (BRASIL, 2018).

E finalmente, a perspectiva cognitiva, que abrange as mentes daqueles que são responsáveis por obter, produzir, difundir, atuar sobre a informação e decidir. Por estar diretamente relacionada ao indivíduo, nesta perspectiva o resultado é influenciado por vários fatores tais como: crenças individuais e culturais, normas, vulnerabilidades, motivações,

---

<sup>3</sup> Comando e Controle (C2) - Exercício da autoridade e da direção que um comandante tem sobre as forças sob seu comando para o cumprimento da missão designada. Viabiliza a coordenação entre a emissão de ordens e diretrizes e a obtenção de informações sobre a evolução da situação e das ações desencadeadas (BRASIL, 2007).

emoções, experiências, costumes, educação, saúde mental, identidades e ideologias (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, em uma sociedade cada vez mais influenciada pela informação, reveste-se de destacada importância, uma vez que a narrativa dominante<sup>4</sup> pode ser considerada um ponto decisivo nas operações militares contemporâneas e o “terreno” informacional passa a ser tão importante quanto o físico e o humano (BRASIL, 2019).

Entretanto, para Osinga (2005), a informação por si só não possui valor intrínseco, à medida que seu valor só pode ser mensurado por meio do efeito causado ao destinatário e, também, pelo fato de ser inútil possuir uma informação, se esta não for traduzida em ação decisiva.

Tendo como objetivo transformar a informação em uma importante ferramenta para se atingir a vitória em um conflito, faz-se necessário buscar obter a SupInfo, que a MB define como sendo:

Superioridade de Informação – significa uma vantagem operativa proveniente da habilidade de coletar, processar, disseminar, explorar e proteger um fluxo ininterrupto de informações e disponibilizá-las aos comandantes em todos os níveis de decisão. Ao mesmo tempo em que se busca tirar proveito das informações do oponente e/ou negar-lhe essas habilidades. É possuir mais e melhores informações do que o adversário sobre o ambiente operacional. Com a superioridade de informação se torna possível o controle da dimensão informacional por determinado tempo e espaço (BRASIL, 2018, p. 2-3).

Segundo a publicação doutrinária conjunta JDN 2-13 *Information superiority* das Forças Armadas (FFAA) do Reino Unido, a SupInfo é relativa, transitória, subjetiva, inteligível e muito dependente do contexto e da personalidade. Além de não ser absoluta, degradar-se-á ao longo do tempo, seja pelas atividades de OpInfo dos nossos adversários ou pelas nossas próprias ações (UK MoD, 2013).

---

<sup>4</sup> Narrativa dominante - percepção estabelecida como válida nas mentes de um ou mais públicos-alvo. Controlar a “narrativa” é não apenas comunicar bem, mas comunicar primeiro (BRASIL, 2019).

Observamos, então, que o grau e a natureza da SupInfo estão em constante mudança e, por isso, não podemos definir um estado final desejado, bem como verificamos que é necessário um esforço contínuo para alcançar e manter esta condição.

A SupInfo é um estado que apoia a eficácia da tomada de decisão, por fornecer ao processo a vantagem informacional que lhe é necessária. Não é uma capacidade por si só, porém, permite aos Comandantes alterarem sua compreensão e, posteriormente, tomarem as decisões de acordo com o desenvolvimento das ações. Entretanto, deve-se atentar para não se desenvolver esforços, no intuito de obter informações sobre algo que não está ao alcance naquele momento, uma vez que esse tipo de ação pode transformar-se em fator de distração e perda de tempo. Além disso, é mais fácil reconhecer o fato de não se dispor de SupInfo, do que quando a se possui. Por exemplo, quando um Comandante percebe que não consegue obter informação suficiente para tomar decisões, é evidente que não possui SupInfo (UK MoD, 2013).

Sob esse aspecto, cabe ressaltar que a SupInfo apoia a tomada de decisão. Aguardar pela certeza, contudo, não é opção, quando ocorre o confronto com uma situação de incerteza, que pode levar a uma paralisia estratégica. Em vez disso, o Comandante deve usar da sua capacidade de julgamento, de decisão e experiência para transformar a falta de informação em uma ação que obtenha, como reação do oponente, a resposta daquela informação que ora lhe faltava.

Logo, entendemos que obter a SupInfo é condição *sine qua non* para se conseguir o controle da dimensão informacional por determinado tempo e espaço, além de ser ferramenta fundamental de apoio à decisão dos Comandantes.

Ainda sob esse enfoque, de transformar a informação em decisiva para o desenrolar de um conflito e explorar a dimensão informacional, no intuito de influenciar o oponente, para assim comprometer o seu processo decisório, ressurge uma nova metodologia de planejamento de operações militares, conhecida como Operações Baseadas em Efeito (OBE).

Segundo Vicente (2006), o conceito de OBE tem sido abordado há bastante tempo. Entretanto, nunca teve a importância operacional da atualidade, quando passou a ter grande relevância após o emprego das ideias de John Warden<sup>5</sup> no planejamento da *Operação Desert Storm*, no Iraque, em 1991. Na ocasião, percebeu-se uma mudança estratégica, ao notar que a OBE, focada em efeitos e em pressionar o adversário a reagir de acordo com os interesses estratégicos, se possível, sem que ele tenha percepção disso, passava a complementar a tradicional estratégia de atrito ou aniquilamento, focada no objetivo e na destruição física do oponente.

As OBE são as ações conjuntas e coordenadas, que visam a moldar o comportamento de aliados, oponentes e neutros, seja em tempo de paz, crise ou guerra. Outrossim, as OBE têm como características: foco na vontade/comportamento do público-alvo, ações prolongadas e de baixa intensidade, possibilidade de atuar contra objetivos políticos, econômicos, psicossociais e militares e, por fim, seus resultados não necessariamente observam proporcionalidade entre a aplicação da ação e seu efeito (SMITH, 2002).

As Forças Armadas, particularmente as ligadas à OTAN e aos Estados Unidos da América, estão integrando a OBE aos seus planejamentos militares e tal mudança deve-se, em grande parte, à capacidade oferecida pela ampliação do emprego da Tecnologia da Informação<sup>6</sup> no ambiente operacional, pois por meio dela pode se aferir, com relativa precisão, as reações do inimigo aos estímulos a ele imputados (VICENTE, 2006).

---

5 O Coronel John Warden (The Air Campaign, 1988) adotou uma abordagem sistemática. Invertendo o axioma tradicional, que vê na destruição das forças armadas adversas a missão prioritária, senão exclusiva, ele considerou “o inimigo como um sistema composto por numerosos subsistemas”. Definiu cinco círculos: direção, funções orgânicas essenciais (redes elétricas, instalações petrolíferas), infraestrutura (sistema de transporte), população e forças desdobradas. Essas últimas sendo menos vulneráveis aos ataques diretos, porque foram preparadas para isso. A estratégia determinará os pontos vulneráveis de cada subsistema que devem ser atacados, a fim de causar a paralisia estratégica do inimigo, até que esse reconheça sua derrota ou esteja sem condições de resistir (Coutau-Begarie, 2010).

6 Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC: ativo estratégico que apoia processos de negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações (BRASIL, 2015).

Ainda segundo Vicente (2006), o planejamento de uma OBE tem seu início no nível político nacional e inicia-se com a definição dos efeitos desejados. Posteriormente, identificam-se os Centros de Gravidade (CG)<sup>7</sup> do adversário para onde será direcionada a ação (pessoas, estruturas ou informação) e são definidas as ações necessárias (atacar, defender, neutralizar, isolar ou uma combinação delas). A seguir, terá lugar a estimativa dos recursos necessários para apoiar as ações fundamentais, a fim de se obterem os efeitos desejados. Dessa forma, é repassado aos níveis estratégico e operacional, que conduzirão o planejamento, focado nos efeitos desejados e não em objetivos. Por fim, chegará ao nível tático que além de executar, também é responsável por reunir as informações necessárias para a avaliação, quanto ao índice de obtenção dos efeitos desejados. Contudo, para isso, faz-se necessária a compreensão dos efeitos decorrentes de uma possível ação, ou seja, é necessário ter amplo conhecimento do oponente, considerando inclusive o comportamento de seus aliados.

Assim, percebe-se que, a partir da integração da OBE aos planejamentos militares, passam a existir duas formas de se derrotar um oponente. A primeira, a tradicional guerra de atrito com foco no objetivo, na qual se busca a destruição do oponente ou a sua exaustão, antes de ser destruído. E, a partir de então, uma segunda maneira – a OBE – que, por meio de ações cinéticas ou não cinéticas<sup>8</sup>, focadas nos efeitos das ações, buscam derrotar o oponente, por meio da destruição de sua vontade de lutar e da capacidade de controlar o uso de suas forças e, se possível for, agindo, de forma que o adversário nem perceba que está sendo atacado, o que reduz, assim, os custos humanos, materiais e financeiros da guerra de atrito, ganhando-se em eficiência e eficácia no combate, além de mitigar a possibilidade de efeitos indesejados.

---

<sup>7</sup> O CG - *Center of Gravity*, segundo Clausewitz o “centro de todo o poder e movimento, de onde tudo depende”. É por isso um elemento de poder e não um fator de fraqueza. Os CG’s existem em todos os níveis da guerra: estratégicos, operacionais e táticos (CLAUSEWITZ, 1984).

<sup>8</sup> Ações cinéticas são aquelas que causam danos físicos ao oponente.

### 2.3 As Operações de Informação

Até o momento, depreendeu-se, ao ser analisado o ambiente operacional, sob o enfoque das variações no caráter e natureza do conflito, resultantes das mudanças tecnológicas e sociais e do advento da OBE como método de planejamento, a grande relevância que a dimensão informacional possui para os conflitos contemporâneos. Além disso, o ato de comprometer o processo decisório do oponente, pode levá-lo à derrota. Mas, como fazer para comprometer o processo decisório do oponente, diante desse cenário de elevada importância da dimensão informacional?

Dentre as opções possíveis, este trabalho dará ênfase àquela que visa ao comprometimento do processo decisório, por meio de uma OpInfo, aplicada à dimensão informacional.

Sob esse enfoque, a MB define OpInfo:

Consistem na coordenação do emprego integrado das Capacidades Relacionadas à Informação, em contribuição a outras operações ou mesmo compondo o esforço principal, para informar e influenciar pessoas ou grupos hostis, neutros ou favoráveis, capazes de impactar positivamente ou negativamente o alcance dos objetivos políticos e militares, bem como para comprometer o processo decisório dos oponentes ou potenciais oponentes, enquanto garantindo a integridade do nosso processo (BRASIL, 2018, p. 2-6).

Em síntese, as OpInfo atuam como instrumento integrador das Capacidades Relacionadas à Informação (CRI)<sup>9</sup>, com o propósito de informar e influenciar pessoas ou grupos hostis, neutros ou favoráveis e de comprometer o processo decisório do oponente (FIG. 4, Anexo C). Para isso, princípios fundamentais específicos devem ser aplicados, de modo a facilitar o planejamento e a condução das OpInfo nas situações de guerra e de não guerra, destacando-se os seguintes: a estreita coordenação; a acurada atividade de inteligência; o

---

<sup>9</sup> Para a MB, CRI são as aptidões requeridas para afetar a capacidade de oponentes ou potenciais adversários de orientar, obter, produzir e difundir informações, em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional (física, cognitiva ou lógica) (BRASIL, 2018).

planejamento centralizado; o planejamento com base em efeitos; e a análise e acompanhamento dos efeitos.

A estreita coordenação, prevê que todas as tarefas devem ser coordenadas e sincronizadas com outras atividades operativas para evitar o conflito, a redundância e a dispersão do poder de combate, particularmente, entre as CRI (BRASIL, 2019).

A acurada atividade de inteligência para que as OpInfo estejam fundamentadas em informações confiáveis e oportunas sobre o terreno, o inimigo, as condições meteorológicas, as considerações civis, os adversários potenciais e as audiências neutras, cujas percepções podem influir no resultado das operações (BRASIL, 2019).

O planejamento centralizado e a execução descentralizada é válido para as OpInfo em todos os níveis de planejamento e condução das operações militares. Contudo, um controle centralizado na execução pode se fazer necessário em determinadas atividades, nas quais todos os elementos envolvidos devem seguir rigorosamente um plano (BRASIL, 2019).

O planejamento com base em efeitos pode incluir a destruição, a neutralização, a inutilização, a influência, a dissimulação e a negação da informação como os efeitos desejados, por meio do uso de meios que produzem efeitos letais ou não letais. As OpInfo são integradas ao processo de seleção, análise e aquisição de alvos que, assim, podem influir e criar efeitos involuntários nas operações (BRASIL, 2019).

A análise e acompanhamento dos efeitos permite o acompanhamento do êxito das OpInfo, que requer uma contínua avaliação dos efeitos sobre os objetivos, por meio de intensa atividade de inteligência, com base nos dados e informações obtidos de todas as fontes disponíveis (BRASIL, 2019).

Ainda sobre a definição, observamos que as OpInfo são responsáveis pela integração do emprego de diferentes CRI. Segundo a MB, enquadram-se como CRI as Operações Psicológicas (OpPsc), a Guerra Eletrônica, a Comunicação Social (ComSoc), as

Ações Cibernéticas, a Operação Civil-Militar, as Ações de Despistamento, as Ações de Superfície, as Ações de Guerra Acústica, as Operações de Ataque, as Assistências Cívico Sociais e as Operações Especiais (OpEsp). No entanto, esse trabalho discorrerá apenas sobre a conceituação teórica daquelas que serão necessárias à compreensão da pesquisa, ou seja, abordaremos somente aquelas que foram empregadas pelos contendores durante a Primeira Guerra do Golfo (BRASIL, 2018).

Das CRI empregadas no conflito em lide, duas atuam diretamente sob a perspectiva cognitiva. Na primeira, as OpPsc objetivam comprometer a liderança inimiga, influenciarem a vontade do oponente e induzirem o adversário a uma falsa compreensão da consciência situacional, envolvendo-o em uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito, com a intenção de levá-lo à rendição (BRASIL, 2018).

A segunda é a ComSoc, que está sob responsabilidade do Comando e diretamente relacionada ao controle da narrativa. Ela aplica-se a toda gama de operações militares e baseia-se na divulgação proativa de informações precisas para audiências domésticas e internacionais, no intuito de propiciar percepções, minar a propaganda adversária e ajudar a atingir os objetivos nacionais, estratégicos e operacionais, por meio das atividades de assessorias de imprensa, de relações públicas e de publicidade (BRASIL, 2018).

Além da similaridade na perspectiva em que atuam, observamos também que ambas as CRI são ações não cinéticas, mas que podem ser empregadas para potencializar, por meio da influência da opinião pública, qualquer outro tipo de ação, seja esta cinética ou não. Assim, notamos a importância de se ter a narrativa dominante para obter sucesso ao empregar a OpPsc e a ComSoc.

Outra capacidade utilizada, foi a guerra eletrônica que, em sua essência, visa a explorar as emissões eletrônicas do oponente, com a finalidade de conhecer sua ordem de batalha eletrônica, intenções de movimentos e capacidades, além de utilizar medidas adequadas

para negar o uso efetivo dos seus sistemas, enquanto se protege e utiliza, com eficácia, os próprios sistemas. A guerra eletrônica abrange ações cinéticas e não cinéticas (BRASIL, 2017).

Considerando a grande tecnologia agregada aos meios e sistemas militares envolvidos em conflitos contemporâneos, à luz da definição, verificamos a elevada importância da guerra eletrônica para as OpInfo. À medida que, negando ao oponente o uso efetivo dos seus sistemas, podemos levá-lo a ter uma visão distorcida da realidade dos nossos meios ou ações realizadas, comprometendo, assim, sua capacidade de decidir adequadamente.

Também com a intenção de modificar a compreensão ou o entendimento, observamos o emprego da CRI despistamento. Segundo a MB, as ações de despistamento visam a modificar a compreensão ou o entendimento da realidade pelo inimigo, levando-o a se comportar de acordo com os nossos interesses, facilitando o cumprimento da nossa missão, por meio do comprometimento do processo decisório do oponente (BRASIL, 2018).

Por último, será conceituada a operação de ataque, ação cinética, que consiste na aplicação de força militar, seja por mar, terra ou ar, em conjunto ou isoladamente, por meio de ações letais, para destruir ou degradar forças oponentes, infraestruturas de C2 e comunicação inimigas, a fim de mitigar as capacidades relacionadas à informação do adversário, amplificando, assim, os efeitos das OpInfo (BRASIL, 2018).

Observamos, então, que uma operação de ataque bem planejada e sucedida associada, por exemplo, a uma eficaz OpPsc, pode levar o oponente à rendição antes mesmo da deflagração da batalha decisiva. Daí verificamos a importância das OpInfo como elemento integrador das capacidades relacionadas à informação e que estas podem ser ações cinéticas ou não cinéticas.

Antes de encerrar o estudo sobre as CRI, cabe destacar que ao serem analisadas as OBE, depreende-se que é essencial padronizar e sincronizar as comunicações que circulam dos

níveis político ao tático<sup>10</sup>. Porém, durante a pesquisa sobre as CRI, à luz da doutrina de OpInfo da MB, percebeu-se que nossa doutrina não possui uma CRI específica para esta finalidade, assim como existe na doutrina norte americana, que estabeleceu, com o objetivo de unificar e sincronizar as informações emanadas pelos órgãos governamentais, a capacidade denominada como *Strategic Communication (SC)*, e que é definida pela Joint Chief of Staff (JCS) da seguinte forma:

Comunicação Estratégica consiste nos esforços concentrados do Governo dos US para criar, robustecer (dar força) ou preservar condições favoráveis para o avanço dos interesses nacionais, políticas e objetivos pelo entendimento e engajamento do público-alvo, por meio de uso de programas coordenados, planos, temas, mensagens e produtos de forma sincronizada com ações de todos os instrumentos do poder nacional. Comunicação Estratégica é a abordagem governamental, dirigida pelo processo de integração interagências, focada em uma efetiva comunicação da estratégia nacional. (JCS, 2014, p. II-5, tradução nossa)<sup>11</sup>.

As SC, que tem sua origem no nível político, além de essencial para as atividades de influência, de acordo com os Ten Cel Wilson C. Blythe Jr. e Luke T. Calhoun (2020), do Exército dos Estados Unidos da América (U.S. Army), comunicações estratégicas eficazes, únicas e sincronizadas proporcionam celeridade às ações nos níveis operacionais e táticos, pois a clareza das ordens recebidas, permite aos comandantes manobrem e realizarem engajamentos<sup>12</sup> de forma rápida e em conformidade com as intenções dos escalões superiores.

Pelo exposto, entende-se que OpInfo é a “ferramenta” que aplicada, de forma planejada e coordenada (por meio de ações cinéticas ou não) à dimensão informacional, visa a comprometer o processo decisório do oponente, até que ele não seja mais capaz de lutar como uma força organizada e efetiva, levando-o, então, à derrota.

---

10 A Doutrina Militar Naval prevê quatro níveis de condução da guerra: político, estratégico, operacional e tático (BRASIL, 2017).

11 Original em inglês: “Strategic Communication (SC) consists of focused United States Government (USG) efforts to create, strengthen, or preserve conditions favorable for the advancement of national interests, policies, and objectives by understanding and engaging key audiences through the use of coordinated programs, plans, themes, messages, and products synchronized with the actions of all instruments of national power. SC is a whole-of-government approach, driven by interagency processes and integration that are focused upon effectively communicating national strategy.”

12 Engajamento é o "ato de iniciar o combate com força inimiga" (BRASIL, 2015). O engajamento se torna decisivo quando o combate se intensifica ao ponto de a força engajada não ser capaz de desengajar por si só.

Assim, encerra-se o referencial teórico sobre as OpInfo, ressaltando a sua importância para o desenvolvimento das operações militares contemporâneas. A seguir, a contextualização histórica e os fatos mais relevantes da Primeira Guerra do Golfo.

### 3 A PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO

Esse capítulo tem o propósito de contextualizar historicamente e discorrer sobre a Primeira Guerra do Golfo, com ênfase nas ações desenvolvidas na Operação *Desert Storm*.

#### 3.1 Contextualização histórica

No estudo sobre o Oriente Médio, verificou-se que a região foi palco de diversos conflitos durante a história. As causas desses conflitos e interesses externos resultam de três razões principais: O primeiro, origina-se na instabilidade social resultante da grande diferença étnica e religiosa presentes no Oriente Médio; o segundo, advém da sua posição geográfica. Haja vista que por estar localizado entre o Mediterrâneo e o Índico, situa-se em uma posição central entre os continentes Europeu, Africano e Asiático; o terceiro, resulta das abundantes reservas petrolíferas, que despertam o interesse de diversos Estados (SCHUBERT, 1998).

Estudando os acontecimentos que acarretaram a eclosão da Primeira Guerra do Golfo, foram ressaltados três períodos principais: a Guerra Irã-Iraque, de 1980 a 1988; o rearmamento iraquiano, de 1989 a 1990; e, por último, o período a partir de 1990, no qual o Kuwait passa a pressionar o Iraque para pagar as dívidas referentes ao dinheiro emprestado durante a Guerra Irã-Iraque (SCHUBERT, 1998).

O primeiro período é antecedido por mudanças políticas no Irã e no Iraque. Em 1979, Saddam Hussein (1937-2006) chega ao poder no Iraque. Nesse mesmo ano, a Revolução Fundamentalista Iraniana<sup>13</sup>, levou ao poder o Aiatolá Ruhollah Khomeini (1902-1989), que se

---

<sup>13</sup> Até 1979, o Irã era um dos maiores aliados dos EUA na região do Oriente Médio. Após a Revolução, os xiitas chegaram ao poder e o Irã deixa de ser uma monarquia alinhada ao Ocidente para se tornar uma ditadura fundamentalista islâmica. O fato de a população iraniana ser de maioria xiita (radicais islâmicos) explica a maciça adesão à revolução. Khomeini defendia a expansão da revolução, o que criou atritos com outras nações do Oriente Médio. Além disso, criticava abertamente os EUA, acusando-os de corromper os valores islâmicos (SCHUBERT, 1998).

tornou o líder supremo do Irã. Esse novo contexto político fez com que os EUA deixassem de apoiar o Irã e reforçassem as relações diplomáticas com o Iraque, com o objetivo de levar esse Estado a assumir uma posição estratégica no Oriente Médio. Nessa conjuntura, em 1980, inicia-se a Guerra Irã-Iraque, tendo como principal motivo a disputa pela posse da região estratégica do Shatt Al-Arab (FIG. 5, Anexo D), fundamental para o escoamento do petróleo iraquiano (FINLAN, 2003).

À época da guerra Irã-Iraque, a relação entre EUA e Iraque baseava-se em interesses políticos e econômicos. Enquanto os EUA estavam interessados na questão da produção de petróleo do Oriente Médio, o Iraque enxergava nos EUA um credor para apoio na luta contra os fundamentalistas islâmicos da região. Além do apoio estadunidense, durante a guerra, o Iraque também recebeu apoios econômico e militar da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Reino Unido e França, bem como da maior parte dos Estados Árabes. Saddam aproveitou esse apoio para investir no desenvolvimento de grande quantidade de armas convencionais, elevando o exército iraquiano à condição de quarto maior exército do mundo (FINLAN, 2003).

O segundo período, de 1989 a 1990, caracterizou-se pela intenção iraquiana de se firmar como potência militar na região do Oriente Médio. Nesse sentido, Saddam inicia a compra de materiais para a produção de armas nucleares e de destruição em massa (FARO, 2008).

Entretanto, em virtude das despesas com a guerra, o Iraque encontrava-se em uma situação financeira complicada, na qual os Estados vizinhos viraram credores, deixando Saddam em uma frágil posição na região. Assim, após a guerra contra o Irã, a relação com os Estados Árabes enfraqueceu, tendo permanecido como aliados, apenas, a Jordânia e a Organização para Libertação da Palestina (OLP), Estados que não possuíam condições para apoiar o Iraque, no sentido de sanar suas dívidas (FINLAN, 2003).

A crise econômica é o estopim para o terceiro período fundamental antecedente à Primeira Guerra do Golfo, pois, sem condições de arcar com as dívidas assumidas durante a guerra contra o Irã, o Iraque passa a ser cobrado pelo Kuwait (FINLAN, 2003).

Para agravar ainda mais a situação econômica, surge a questão do preço petróleo, que é uma das principais fontes de recursos econômicos do Iraque. O Kuwait e os Emirados Árabes Unidos (EAU), dois grandes produtores de petróleo da região, decidem diminuir os preços do petróleo, a fim de aumentarem a dependência de outros Estados em relação ao petróleo produzido pelos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)<sup>14</sup>. Tal estratégia seria excelente para os países membros da Organização a longo prazo. Contudo, em curto prazo, a redução de preço representou a diminuição da capacidade do Iraque de resolver a sua grave situação financeira (FINLAN, 2003).

O Iraque tinha, assim, dois grandes problemas, pagar as dívidas contraídas pelos empréstimos feitos junto a outros Estados Árabes, durante a guerra contra o Irã, e a necessidade urgente de capital para resolver a situação econômica do país.

Porém, Saddam acreditava que não deveria pagar o valor que lhe foi emprestado, pois já havia feito muito, lutando na árdua guerra contra o Irã, para impedir o avanço da influência da revolução xiita iraniana em direção a outros Estados com populações xiitas que eram governados por sunitas (SCHUBERT, 1998). Então, a partir de 1990, no intuito de solucionar a crise interna e de se livrar das dívidas, ele passa a pressionar ainda mais os Estados vizinhos, fazendo várias exigências, cobranças e ameaças; exige da Arábia Saudita e do Kuwait, o perdão das dívidas do tempo da guerra contra o Irã, além de um empréstimo de mais de trinta

---

14 Segundo o estatuto da Organização, a OPEP é uma organização intergovernamental de 13 nações (Argélia, Angola, Guiné Equatorial, Gabão, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, República do Congo, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela), fundada em 14 de setembro de 1960. Ainda, segundo o mesmo estatuto, a missão declarada da organização é "coordenar e unificar as políticas de petróleo de seus países membros e garantir a estabilização dos mercados de petróleo, a fim de garantir um fornecimento eficiente, econômico e regular desse recurso aos consumidores, uma renda estável aos produtores e um retorno justo de capital para aqueles que investem na indústria petrolífera".

bilhões de dólares; cobra que os países produtores de petróleo cumpram as cotas da OPEP, para que não haja redução do preço; ameaça destruir Israel, no caso desse atacar as instalações militares iraquianas e acusa o Kuwait de ter roubado petróleo iraquiano das reservas de Rumáila (FIG. 6, Anexo E), e por isso, exigia uma indenização bilionária kuwaitiana, além de um aporte financeiro para reerguer a economia iraquiana (FINLAN, 2003).

Entretanto, as ações iraquianas não pararam apenas nas exigências. A partir de 8 de julho de 1990, o Iraque adotou também outra estratégia, ao mesmo tempo em que negociava diplomaticamente a questão das dívidas. Iniciou o envio de forças militares iraquianas, em um total aproximado de cem mil homens, para a fronteira com o Kuwait (SCHUBERT, 1998).

Após as ameaças, os movimentos das tropas iraquianas e algumas rodadas de negociação, envolvendo inclusive representantes da Liga Árabe<sup>15</sup> e dos EUA, em 31 de julho de 1990, sentaram-se à mesa para negociar, os representantes de Saddam e o príncipe do Kuwait. Perante as exigências iraquianas, o Kuwait cedeu apenas às exigências atinentes ao petróleo; em relação ao empréstimo financeiro, só seria realizado se houvesse um acordo de demarcação de uma fronteira comum, tendo sido a última tentativa diplomática, por parte de Saddam (FINLAN, 2003).

Com o insucesso em obter as suas exigências na totalidade, Saddam ordenou o ataque ao Kuwait, dando início, assim, à Primeira Guerra do Golfo.

### **3.2 A guerra**

No dia 2 de agosto de 1990, os blindados iraquianos de Saddam Hussein cruzaram a fronteira, para iniciarem a ocupação do Kuwait (SCHUBERT, 1998).

---

<sup>15</sup> Liga Árabe - organização de Estados árabes que tem o objetivo de reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre os seus membros (SCHUBERT, 1998).

Segundo Silva (2004), em poucos dias, os kuwaitianos renderam-se ou fugiram para a Arábia Saudita e divisões da Guarda Republicana<sup>16</sup> tinham fechado as fronteiras saudita e iraquiana com o Kuwait e se espalhado pelo território kuwaitiano, para garantir a proteção dos campos de petróleo e da riqueza comercial daquele Estado, o que, na visão de Saddam, poderia ser a solução para a crise econômica iraquiana.

A invasão do Kuwait atemorizou a comunidade internacional, principalmente porque se acreditava, por conta do discurso de Saddam<sup>17</sup>, na possibilidade das tropas iraquianas – uma vez já estabelecidas no Kuwait – de avançarem para a Arábia Saudita, o que poderia ser desastroso para o mundo todo, haja vista que a dificuldade causada pela falta do abastecimento de petróleo proveniente do Kuwait já havia sido bastante prejudicial para a economia global (SCHUBERT, 1998).

Vale ressaltar que, durante esse período, o mundo possuía uma nova ordem mundial. De acordo com o que nos mostra Baudrillard (2017), a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989 e o fim da Guerra Fria (1945 - 1989)<sup>18</sup> mudaram a equação estratégica, não só na Europa, mas em todo o mundo. A então URSS se desfez e a Alemanha voltou a ser uma única nação. Esse novo cenário fez com que os EUA se tornassem a única superpotência remanescente, com mais responsabilidades em nível mundial e mais espaço para manobras estratégicas de intervenção em crises externas, com menor risco de um confronto catastrófico com a ex-URSS.

Com o término da Guerra Fria, o mundo, antes bipolar, passa a ter uma única potência hegemônica, os EUA. Notamos, nessa nova ordem mundial, que os interesses

---

16 Guarda Republicana iraquiana – segundo Magnoli (2006), era a “tropa de elite” iraquiana, formada por militares altamente treinados e dotada de equipamentos e armamentos modernos.

17 Após a invasão do Kuwait, Saddam começou a atacar verbalmente os sauditas. Ele dizia que o governo saudita, apoiado pelos americanos, eram os guardiões ilegítimos e não dignos das cidades sagradas de Meca e Medina (SCHUBERT, 1998).

18 Guerra Fria - foi um período de tensão geopolítica, entre os anos de 1945 e 1989, entre a URSS e os EUA, e seus respectivos aliados, o Bloco Oriental e o Bloco Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial (MAGNOLI, 2006).

estadunidenses passam a prevalecer no cenário global e que, com isso, os EUA conseguem conquistar mais vantagens e apoios em suas negociações diplomáticas com outros Estados e com a ONU.

Porém, além de se mostrarem mais hábeis para negociar e conquistar apoios internacionais, os EUA possuíam, ao final da Guerra Fria, um exército muito diferente do que havia emergido da derrota no Vietnã (1960 - 1975)<sup>19</sup> menos de duas décadas antes. As FFAA norte-americanas que, àquela época, estavam com sua confiança em ruínas e lutando para se reconstruírem e reinventarem, como uma força voluntária, por ocasião da Guerra do Golfo mostraram-se capazes de lutar uma guerra moderna e em qualquer lugar do mundo. O Exército em 1990 era menor em comparação com o efetivo da era do Vietnã, entretanto altamente treinado, totalmente profissional e com a liderança revigorada (DENAUD, 2003).

Sob esse mesmo aspecto, para Schubert (1998), a Primeira Guerra do Golfo foi o ponto de inflexão para as Forças Armadas norte americanas. Pois, a partir do conflito em tela foi utilizada uma tropa formada, em sua maioria, por voluntários, com formação e treinamento adequados e específicos, equipamentos com inovação tecnológica e armamentos com elevado grau de precisão. Ademais, outra vertente observada nesse conflito foi uma mudança de mentalidade do planejamento, com o incremento das ações focadas em efeitos.

Nesse contexto, no intuito de resguardar seus interesses, principalmente no que diz respeito ao petróleo produzido no Oriente Médio, os EUA realizaram intensa atividade diplomática para mobilizar a opinião pública internacional, no sentido de desaprovar a referida invasão. Inicialmente, atuou junto à Organização das Nações Unidas (ONU), cujo Conselho de

---

<sup>19</sup> Conflito entre o Vietnã do Norte e os Vietcongs (comunistas sul-vietnamitas), de um lado, e os EUA e o Vietnã do Sul, de outro. Na ocasião estava em jogo a unidade do Estado Vietnã e o seu regime político e econômico, bem como o futuro geopolítico da Ásia e as áreas de influência soviética no continente (MAGNOLI, 2006).

Segurança<sup>20</sup> aprovou uma série de resoluções que iam, desde uma simples desaprovação de tal atitude, passando por embargos econômicos e culminando na efetiva autorização de emprego da força, por meio da resolução nº 678. Em seguida, conseguiu também junto à Liga Árabe e ao Conselho de Cooperação do Golfo<sup>21</sup>, o consenso da reprovação da invasão iraquiana ao Kuwait, obtendo, dessa maneira, o apoio da maioria dos Estados do mundo árabe (VIDIGAL, 1992).

Para o governo estadunidense, a defesa da Arábia Saudita tornou-se prioridade, uma vez que a invasão iraquiana ao território saudita, poderiam acarretar a interrupção dos suprimentos de petróleo proveniente daquele Estado. Os sauditas compartilharam da opinião norte americana e, em 6 de agosto, o rei saudita Fahd bin Abdul Aziz al-Saud (1921-2005) aprovou formalmente a intervenção norte americana para auxiliar na defesa de seu território (FINLAN, 2003). Contudo, cabe mencionar que, segundo Waack (2006), até hoje não está claramente estabelecido se constava nos planos originais de Saddam seguir adiante em direção à Arábia Saudita.

Com a aprovação saudita, as forças da Coalizão iniciaram o deslocamento para a região do Oriente Médio. Segundo Schubert (1998), calcula-se que a Força de Coalizão era composta por um total de 630.000 militares, 2.485 carros de combate (CC), 4.050 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal/Viatura de Combate de Infantaria (VBTP/VCI), 3.442 peças de artilharia (canhões, obuseiros e morteiros), 2.143 aviões, 1.860 Helicópteros e 335 navios, dispostos em 2 Corpos de Exército (CE), o XVIII Corpo Aerotransportado e o VII CE de Blindados (FIG. 7, Anexo F).

---

20 O Conselho de Segurança (CS) é o órgão da ONU responsável pela paz e segurança internacionais. O CS é formado por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos. Esse é o único órgão da ONU que tem poder decisório, isto é, todos os membros das Nações Unidas devem aceitar e cumprir as decisões do Conselho.

21 Organização de integração econômica que reúne os estados do Golfo Pérsico, com exceção do Irã e Iraque (SCHUBERT, 1998).

Pelo outro lado, as forças iraquianas eram compostas por 565.000 militares<sup>22</sup>, 4.200 CC, 2.800 VBTP/VCI, 3.100 peças de artilharia, 550 aviões, 160 Helicópteros e 80 navios (SCHUBERT, 1998). Dava-se início, assim, à Operação *Desert Shield*, de caráter defensivo, que antecedeu a Operação *Desert Storm* e que tinha como objetivo o desdobramento de tropas no Oriente Médio, para, posteriormente, estabelecer uma linha defensiva no território saudita e um sistema logístico capaz de suprir a necessidade das tropas dispostas no teatro de operações (TO)<sup>23</sup> (FIG. 8, Anexo G) (SCHUBERT, 1998).

Com as forças estabelecidas no Oriente Médio e em virtude do insucesso nas negociações diplomáticas, deflagra-se, então, a Operação *Desert Storm*, também de caráter ofensivo, planejada para ser executada em 4 fases e que objetivava retirar as forças iraquianas e conquistar a libertação do Kuwait (SCHUBERT, 1998).

A Fase I, realizada entre 17 e 27 de janeiro de 1991, visava a, não só destruir a Força Aérea iraquiana, o sistema de defesa antiaérea, os sistemas de comunicações, a capacidade de produção de armas nucleares, biológicas e químicas (armas NBQ), bem como destruir o CG das forças iraquianas, quebrando, assim, o seu sistema de C2, comunicações e informações (SCHUBERT, 1998).

A Fase II, realizada entre 23 e 27 de janeiro de 1991, destinava-se a suprimir as defesas antiaéreas iraquianas (radares e mísseis antimísseis) montadas em território kuwaitiano, para, assim, obter a superioridade aérea sobre o campo de batalha (SCHUBERT, 1998).

Na Fase III, realizada de 27 de janeiro a 23 de fevereiro de 1991, ocorreram ataques contra as unidades terrestres iraquianas no Kuwait, especialmente contra as forças da Guarda Republicana. O objetivo era reduzir o potencial de combate iraquiano, submetendo as suas forças a ataques de precisão, diuturnamente, provocando o seu desgaste psicológico e

---

22 Dos quais 440.000 militares vinham das 39 Divisões convencionais e 125.000 das nove Divisões da Guarda Republicana (SCHUBERT, 1998).

23 Teatro de Operações (TO) é o espaço geográfico necessário à condução de operações militares, para o cumprimento de determinada missão, englobando o necessário apoio logístico (BRASIL, 2017).

físico e, conseqüentemente, diminuindo a sua capacidade de realizar uma resistência efetiva contra a ofensiva terrestre da Coalizão. Seu principal propósito era preparar o TO para a ofensiva terrestre (SCHUBERT, 1998).

A Fase IV, realizada de 24 a 28 de fevereiro de 1991, consistiu em uma ofensiva terrestre, que visava a destruir as forças da Guarda Republicana, isolar o TO e expulsar as forças iraquianas do Kuwait. Nesta fase, a componente terrestre assumiu especial relevância, não minimizando o contínuo apoio de fogo<sup>24</sup> prestado pelos meios aéreos e navais (SCHUBERT, 1998).

Todas essas ações serviram como preparatórias para a ofensiva terrestre da quarta e última fase. Entretanto, para se lançar a ofensiva de acordo com o planejado – chegar ao Kuwait pelo Iraque, partindo do território saudita, a fim de explorar a fraqueza do setor defensivo iraquiano a oeste – seria necessário deslocar um grande contingente das forças da Coalizão para a linha de partida, sem que Saddam percebesse essa movimentação (FINLAN, 2003).

Então, em 20 de janeiro de 1991, sob forte apoio de fogo naval, aéreo e de artilharia, os XVIII e VII CE iniciaram o deslocamento rumo ao interior do deserto, na direção oeste, para assumir suas posições de ataque. Esse movimento ficou conhecido como a manobra *Hail Mary* (FIG. 9, Anexo H) e durou cerca de três semanas. Assim, em 16 de fevereiro, as forças da Coalizão encontravam-se em suas posições de partida, prontas para o início da ofensiva terrestre (FINLAN, 2003).

Como uma última tentativa diplomática, antes de dar início à ofensiva terrestre, em 22 de fevereiro, os EUA ainda fizeram um ultimato a Saddam, concedendo-lhe um prazo de 48 horas para o início da retirada das forças iraquianas do Kuwait. Foi também exigida a libertação

---

24 Apoio de fogo - inclui o apoio de fogo proveniente de meios navais, aéreos ou terrestres que contribuam para a locomoção, as manobras, o controle do território, de populações, do espaço aéreo e das águas. A integração e sincronização do apoio de fogo com o movimento e manobra da força apoiada são essenciais (BRASIL, 2013).

dos prisioneiros de guerra e reféns civis e a desminagem do Kuwait. Entretanto, a negativa de Saddam às exigências e o aumento da violência no território kuwaitiano foram determinantes, para que se desse início à ofensiva terrestre pelas forças da Coalizão (SCHUBERT, 1998).

Em razão disso, em 24 de fevereiro de 1991, iniciam-se as 100 horas da Operação *Desert Storm*, que McNeilly (2004) sintetiza em sua obra:

No dia 24 de fevereiro de 1991, a 1ª e a 2ª divisões do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos lançaram seu assalto de frente, contra as unidades iraquianas que bloqueavam o caminho delas para a cidade do Kuwait. O ataque foi feito exatamente no ponto em que Saddam Hussein esperava: ao longo da estrada mais à direita que os americanos poderiam seguir para liberar o Kuwait. Fora lá que o ditador iraquiano posicionara a maioria do seu exército de um milhão de homens. Mas era a 309 km a oeste que a verdadeira força de ataque da Tempestade no Deserto estava localizada. Um dia depois que os fuzileiros tinham concentrado a atenção dos iraquianos, uma tempestade de fogo de artilharia anunciou o ataque do XVIII Corpo aerotransportado e o VII Corpo do exército da Coalizão. Dominando com facilidade as defesas à sua frente, aquelas duas unidades realizaram uma manobra evasiva em torno da parte mais forte da linha de Hussein (McNEILLY, 2004, p. 51-52).

A incursão ao território iraquiano, para atingir a cidade do Kuwait por oeste, ficou conhecida como o “gancho esquerdo” e resultou em avanços suficientes, para, já na manhã do dia 27 de fevereiro de 1991, a Primeira Guerra do Golfo estar praticamente terminada. As tropas da Coalizão já haviam conquistado e controlavam os acessos à cidade do Kuwait, levando o Iraque novamente às mesas de negociação, dessa vez, para negociarem as condições do cessar-fogo (FINLAN, 2003).

Nesse momento, os XVIII e VII CE possuíam apenas o objetivo de impedir a reorganização das forças da Guarda Republicana e, para isso, destruíam todos os equipamentos daquela força, que encontravam pelo território kuwaitiano. Contudo, em 28 de fevereiro de 1991, preocupado em evitar que os danos colaterais excessivos e as imagens do pós-guerra pudessem se transformar em alvo de reprovação internacional, somado ao fato de o Iraque já ter aceitado todas as resoluções impostas pela ONU, o presidente e o presidente George H. W. Bush (1924-2018) decidiu pela suspensão dos combates, declarando, assim, o cessar fogo (FINLAN, 2003).

Ao discorrermos sobre a guerra, percebemos que uma doutrina militar introduzida, aproximadamente, há 2.300 anos, por Sun Tzu, foi empregada com sucesso no planejamento e nas ações da Coalizão na Primeira Guerra do Golfo de 1991. Sun Tzu afirmava que o emprego ótimo da força militar dependia de que se pudesse alcançar a vitória em um breve lapso de tempo, com economia de recursos e vidas e sem infligir ao inimigo mais perdas humanas do que o estritamente necessário (MAGNOLI, 2006).

Seguem as ações desenvolvidas pelos contendores que visavam a comprometer o processo decisório do oponente, à luz da fundamentação teórica do capítulo anterior.

#### 4 AS OPINIO NA PRIMEIRA GUERRA DO GOLFO

Antes de ser iniciada a análise sobre a Primeira Guerra do Golfo, com ênfase nas OpInfo, cabe mencionar que, do ponto de vista histórico, a Guerra do Vietnã é emblemática para o relacionamento entre a mídia e os militares, por ser a primeira a ser travada sem qualquer tipo de censura. Em diversas guerras anteriores, os militares controlaram o acesso e as informações da frente de combate. Entretanto, naquele conflito na Ásia, foi facultado o acesso e a transmissão das imagens ao mundo (WAACK, 2006).

Sob esse enfoque, Magnoli (2006) sintetizou a guerra e os efeitos que as informações livres e abundantes causaram ao povo norte-americano, concluindo com uma alusão à Síndrome do Vietnã:

A derrota foi construída nas cidades dos Estados Unidos, não nas selvas e montanhas da Indochina. No Vietnã, travou-se a primeira guerra da “era da informação” e as câmeras, os fotógrafos e os repórteres praticamente não encontraram restrições na cobertura das batalhas. O retorno de corpos de soldados americanos mortos, os confrontos urbanos do Tet, a matança incessante nas selvas, o massacre de civis inocentes foi transmitido pela TV, reproduzidos em fotos, narrados em reportagens. A publicidade recebida pelas investigações do massacre de My Lai deveu-se à ação de uma imprensa livre e vibrante. [...] O Vietnã tornou-se uma síndrome política e cultural nos EUA (MAGNOLI, 2006, p.417 e 421).

Pelo exposto, por ocasião da Primeira Guerra do Golfo, o governo e o alto comando militar dos EUA se prepararam para não repetir os erros cometidos na Guerra do Vietnã, estabelecendo estratégias de condução da mídia de massa durante as operações, de forma a não permitir que o inimigo a utilizasse para influenciar a opinião pública estadunidense (WAACK, 2009).

Para que isso fosse garantido, durante a preparação da intervenção militar, o Presidente George W. H. Bush foi à TV e definiu claramente os objetivos da guerra para a sociedade estadunidense, identificando Saddam Hussein como oponente à liberdade e líder de uma “força do mal”, além de ter anunciado que a estratégia seria baseada em uma guerra rápida, angariando, assim, o apoio político necessário à ação militar (KEEGAN, 2005).

Nesse ponto, nota-se a importância da SC, uma vez que, por meio de um discurso focado em uma efetiva comunicação sobre a estratégia nacional para o conflito, o presidente Bush criou e robusteceu, junto ao público-alvo interno e externo, as condições favoráveis para a intervenção norte-americana em território kuwaitiano. Ainda sobre esse aspecto, relembramos que a doutrina brasileira de OpInfo não contempla esta CRI, porém, diante do resultado obtido com seu emprego, a consideramos como uma capacidade, não cinética, relevante para o sucesso do emprego das OpInfo.

Voltando à transmissão das imagens da guerra, Keegan (2005) cita que a Guerra do Golfo foi amplamente transmitida ao vivo pelos canais de TV, fato esse que ficou conhecido como o “efeito CNN”<sup>25</sup>. Os telespectadores ao redor do planeta puderam assistir a imagens de mísseis atingindo alvos em terra e aeronaves decolando rumo às suas missões. Cenas noturnas eram abundantes e as explosões que se seguiam eram acompanhadas por descrições narrativas que enfatizaram a precisão das modernas armas da Coalizão. Tudo isso concedeu à opinião pública a sensação de estar bem informada. Entretanto, cabe ressaltar que cenas diurnas de resultados equivocados dos ataques da Coalizão foram raramente mostradas.

Por sua vez, Saddam Hussein usou a imprensa estrangeira, que cobria a crise a partir de Bagdá, para difundir a ideia de que o Kuwait era, historicamente, uma província iraquiana. Buscava, assim, legitimar junto ao povo iraquiano e opinião pública internacional, em especial os Estados Árabes, a anexação do país vizinho por meio da força. Entretanto, pouco antes do início dos bombardeios da Coalizão, a veiculação de imagens, nas quais recebia estrangeiros em audiência, pesou contra Saddam. Tais imagens foram interpretadas pela mídia ocidental como uma ameaça dissuasória, pois, deduziu-se que elas poderiam ser usadas como escudos

---

<sup>25</sup> Referência ao efeito de divulgação mundial de imagens, ao vivo, ao longo da Guerra do Golfo, pela rede estadunidense CNN (*Cable News Network*).

humanos, aumentando, assim, o consenso mundial sobre a legitimidade da reação armada à invasão (WAACK, 2009).

Essa disputa pelo consenso mundial e por apoios perdurou por toda a guerra. Nesse contexto, Vidigal (1992) ressaltou a relevância da precisão dos bombardeios aéreos, não só porque os alvos selecionados foram destruídos, mas, também, porque isso era feito praticamente sem afetar a população civil, tirando de Saddam Hussein a principal arma com que contava, para exacerbar os sentimentos de árabes e muçulmanos contra os países da Coalizão e para colocar a opinião pública dos Estados ocidentais contrária às ações militares desenvolvidas para retomada do Kuwait.

Diante desse novo cenário mundial de disputa pela dimensão informacional, tornou-se imprescindível não cometer os erros do Vietnã. Logo, seria fundamental vencer a batalha de forma rápida e com o menor número de mortes de civis possível para, assim, manter o apoio da opinião pública quanto à legitimidade das ações militares. Para tal, percebemos que a Coalizão, utilizou a capacidade de ComSoc para reforçar a narrativa das informações transmitidas às audiências domésticas e internacionais, a fim de propiciar percepções de acordo com os seus interesses e minar a propaganda adversária; fez uso da tecnologia, para aumentar a precisão das operações de ataques; e alterou o método de planejar as suas ações, uma vez que, de acordo com o que vimos anteriormente, a Primeira Guerra do Golfo foi o berço de renascimento do pensamento estratégico sobre OBE, tendo sido esse um marcante traço do planejamento da operação *Desert Storm*.

Sobre esse aspecto, Schubert (1998) cita que as ações realizadas durante a Guerra se caracterizam por seu planejamento focado em efeitos e em comprometer o processo decisório do oponente, e ilustra essa afirmação com alguns exemplos.

Ao atacar o sistema de C2 iraquiano, pretendia-se neutralizar a capacidade do Iraque em conduzir operações militares, pois um dos maiores receios da Coalizão era o sistema

de defesa aeroespacial iraquiano, não só pelos seus meios aéreos, mas também por seus radares e armas antiaéreas (SCHUBERT, 1998).

Outrossim, para o sucesso de uma possível ofensiva terrestre por parte da Coalizão era essencial obter o controle do ar<sup>26</sup>, impedindo, assim, as forças iraquianas de obterem informações sobre as forças da Coalizão, principalmente, sobre os efetivos e a localização das forças (SCHUBERT, 1998).

Conquistada a supremacia aérea<sup>27</sup>, seria possível à Coalizão atacar as linhas de comunicação, especialmente com Bagdá (capital do Iraque), isolando, assim, as forças iraquianas no TO e impedindo que as linhas de frente fossem reforçadas ou reabastecidas (SCHUBERT, 1998).

Em relação ao emprego de armas NBQ, temia-se a sua utilização pelo Iraque, como aconteceu na guerra contra o Irã. Por isso, as instalações desse tipo de armas tornaram-se alvos militares, não só para a segurança da própria Coalizão, como também, visando a impedir o seu uso contra países vizinhos, principalmente contra Israel (SCHUBERT, 1998).

Ademais, Schubert (1998) ressalta que os ataques também foram dirigidos contra as unidades terrestres iraquianas no Kuwait, especialmente contra as forças da Guarda Republicana, com a finalidade de reduzir o potencial de combate iraquiano, submetendo as suas forças a ataques precisos, diuturnamente, provocando o seu desgaste psicológico e físico e, conseqüentemente, diminuindo a sua capacidade de realizar uma resistência efetiva contra a ofensiva terrestre da Coalizão.

Por sua vez, em resposta às ações da Coalizão, o Iraque esboçou uma operação de ataque, ao efetuar lançamentos de mísseis Scud contra as bases norte americanas na Arábia

---

26 Controle do Ar - tarefa básica realizada com os propósitos de dominar o espaço aéreo e o espacial de interesse, bem como impedir que o inimigo faça o mesmo. Existem três níveis de controle: Supremacia Aérea, Superioridade Aérea e Situação Aérea Favorável (BRASIL, 2012).

27 Supremacia Aérea é o nível mais elevado de Controle do Ar, nesse nível, se possui o total domínio do espaço aéreo e espacial de interesse da Força Aérea amiga (BRASIL, 2012).

Saudita e contra Israel. Na ação, o objetivo iraquiano, com o lançamento dos mísseis contra Israel, era conseguir aliados árabes para combater uma possível retaliação israelense, ou seja, retirar o apoio concedido aos EUA, o que não aconteceu em virtude da atividade diplomática americana realizada com sucesso (SCHUBERT, 1998).

De acordo com o arcabouço teórico, as operações de ataque visam a (por meio de ações cinéticas) degradar ou destruir as capacidades relacionadas à informação do adversário. Nesse sentido, observamos que as operações de ataque realizadas pela Coalizão, principalmente, aquelas direcionadas ao sistema de C2 e às linhas de comunicação iraquianas, serviram como preparatórias e foram importantes para o sucesso alcançado na ofensiva terrestre, por terem dificultado a comunicação entre o alto comando militar e as tropas da linha de frente. Notamos, ainda, que a identificação do centro de gravidade e a prévia definição dos objetivos praticamente anularam as capacidades de combater das forças da Guarda Republicana e negaram a Saddam informações sobre o posicionamento e efetivo das forças da Coalizão. Por tudo isso, depreende-se que as operações de ataque contribuíram para o comprometimento do processo decisório iraquiano.

Em paralelo às operações de ataque, no intuito de amplificar os resultados alcançados por esta capacidade, a Coalizão fez uso das OpPsc. Nesse sentido, a fim de comprometer a liderança inimiga, influenciar a vontade de lutar do oponente e induzi-lo a uma falsa compreensão da consciência situacional, foram disseminados, por meio de transmissões de rádio e TV, panfletos e sistemas de alto-falantes, temas tais, como a exaltação da irmandade árabe, a enorme capacidade bélica dos aliados e o isolamento do Iraque na região do Oriente Médio. Além disso, foram intensamente divulgadas, pelos meios de imprensa e TV locais, as operações nas quais os helicópteros da Coalizão realizaram resgates de pilotos iraquianos que tiveram suas aeronaves abatidas em voo (SCHUBERT, 1998).

Contudo, para Faro (2008), as duas ações de despistamento realizadas pela Coalizão foram as principais para o comprometimento do processo decisório iraquiano, pois negaram aos iraquianos a informação sobre a verdadeira direção da ofensiva terrestre e possibilitaram o fator surpresa à manobra “gancho esquerdo”.

A primeira manobra de despistamento foi a realização de uma demonstração anfíbia<sup>28</sup>. Durante a Operação *Desert Storm* a Marinha dos EUA (U.S. Navy), teve como principal tarefa, apoiar a campanha aérea, com seus porta-aviões, prestar apoio de fogo naval e posicionar-se no Golfo Pérsico para a simulação de um assalto anfíbio (FIG. 10, Anexo I), que tinha como objetivo tirar a atenção das defesas iraquianas do flanco esquerdo, de onde viria o esforço principal da ofensiva terrestre (SCHUBERT, 1998).

Segundo Keegan (2005), o posicionamento dos navios da Coalizão no Golfo Pérsico, o embarque dos fuzileiros navais, bem como as atividades preparatórias para o assalto anfíbio, foram propositalmente expostos por meio da *Cable News Network* (CNN) e outras mídias, com o objetivo de intensificar em Saddam, o sentimento de que a ofensiva para retomada do Kuwait viria de um assalto anfíbio diretamente ao litoral kuwaitiano, partindo do Golfo Pérsico, o que de fato nunca ocorreu, mas que influenciou no planejamento do posicionamento das tropas de defesa iraquianas.

Na segunda ação de despistamento, a Coalizão realizou exercícios na fronteira entre Arábia Saudita e Kuwait, como se preparativos para uma futura ofensiva fossem. Posteriormente, ainda havia sido realizado um ataque contra divisões iraquianas em Wadi Al Batin, para simular, também, que o ataque principal da ofensiva terrestre poderia vir da fronteira do Kuwait com a Arábia Saudita (FIG. 11, Anexo I) (FARO, 2008).

---

<sup>28</sup> A demonstração anfíbia compreende a aproximação ao território inimigo por forças navais, inclusive com meios que caracterizam uma Operação Anfíbia (OpAnf), sem o efetivo desembarque de tropas. Tem como efeitos desejados: demonstração de força; confusão do inimigo quanto ao local da operação principal; e indução do inimigo a empreender ações que nos sejam favoráveis (BRASIL, 2017). Logo, podemos concluir que nesta ocasião ocorreu uma demonstração anfíbia.

As manobras de despistamento levaram o Iraque a posicionar seu esforço defensivo no interior do Kuwait, concentrando-o ao longo da fronteira entre o Kuwait e Arábia Saudita e no litoral do Kuwait, uma vez que Saddam previa que o ataque da Coalizão seria a partir de uma destas duas frentes. O dispositivo ao longo da fronteira entre o Iraque e a Arábia Saudita era fraco e simplesmente mantido sob observação, uma vez que uma manobra pelo Iraque não seria muito provável, devido às grandes distâncias que as forças teriam de percorrer até atingir a cidade do Kuwait (FIG. 12, Anexo J). Soma-se a isso a percepção de que os movimentos pelo flanco esquerdo poderiam ser facilmente detectados e retardados (FARO, 2008).

Por fim, como fruto da integração das ações desenvolvidas, ao alcançar a cidade do Kuwait as tropas da Coalizão depararam-se com os iraquianos exauridos e rendendo-se tão facilmente, que chegaram a causar surpresa ao General Schwarkopf. Entretanto, essa situação fez com que o comandante das tropas coligadas, reclamasse da qualidade das informações levantadas para subsidiar o planejamento da Operação, uma vez que o cenário encontrado, ao chegar ao Kuwait, não condizia com as informações que possuía (SCHUBERT, 1998). Nesse ponto, nota-se uma lacuna quanto à aplicação de uma acurada atividade de inteligência que, de acordo com a fundamentação teórica, é um dos princípios fundamentais para o sucesso do planejamento e da condução das OpInfo.

Finda a descrição das ações militares (cinéticas ou não) afetas às Operações de Informação da Operação *Desert Storm*, observa-se que as poucas tentativas de Saddam para angariar apoios e conquistar a opinião pública mundial em algum sentido, mostraram-se infrutíferas, pela nítida SupInfo conquistada pela Coalizão desde o início do conflito. Não obstante, o controle da dimensão informacional e da narrativa e, conseqüentemente, a possibilidade de um fluxo contínuo de informações, ao mesmo tempo em que se negava isso aos iraquianos, representou uma importante vantagem operacional para as tropas de Schwarkopf. Diante disso, a Coalizão conseguiu empregar, de forma integrada e eficaz, as

capacidades relacionadas à informação (CRI) — SC, ComSoc, OpPsc, Operações de Ataque e Despistamentos — para influenciar à opinião pública interna e externa, diminuir a vontade e a capacidade de lutar do oponente, bem como comprometer o processo decisório iraquiano.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa assumiu como objetivo analisar o emprego das OpInfo durante a Primeira Guerra do Golfo, em 1991, e verificar se as CRI empregadas pelos contendores foram eficazes a ponto de comprometer o processo decisório do oponente.

Para tal, o modelo teórico escolhido foi desenvolvido pelo Coronel John Boyd, piloto de combate da Força Aérea dos EUA, uma vez que a ideia central das OpInfo consiste no comprometimento do processo decisório do oponente. O Ciclo OODA ou Ciclo de Boyd prevê que os ciclos decisórios de adversários coexistem e que se influenciam mutuamente, sendo vitorioso aquele que for capaz de imprimir um ritmo mais rápido ao seu ciclo.

No capítulo 2, foi examinada a teoria do ciclo de decisões de John Boyd, a importância da dimensão informacional e feita a conceituação teórica das OpInfo, à luz das doutrinas do EB e MB. Foram estudadas a SupInfo, as OBE, as principais CRI utilizadas na Primeira Guerra do Golfo, bem como foi constatada a inter-relação entre os conceitos apresentados. No capítulo, também, foi verificado que a doutrina brasileira de OpInfo não contempla a CRI Comunicação Estratégica.

Do arcabouço teórico, concluiu-se que um conflito consiste em uma competição de ciclo de decisões e que, por meio dessa competição, se influencia e se compromete o processo decisório do oponente. Ainda sobre esse aspecto, observou-se que derrotas sucessivas na competição de ciclos de decisão de Boyd levarão um contendor à derrota. Passou-se, então, a analisar a dimensão informacional, por meio da qual, verificou-se a importância desta dimensão em um ambiente operacional, cada vez mais complexo. Constatou-se que a SupInfo é condição *sine qua non* para se obter o controle da dimensão informacional e que a obtenção desta superioridade se mostra como uma importante ferramenta de apoio à decisão do Comandante.

Ainda foi observado o renascimento do modo de planejamento baseado nos efeitos (as OBE) que passaram a ter grande relevância operacional para os conflitos contemporâneos, após a utilização no planejamento da Operação *Desert Storm*. Ao final do capítulo, estudou-se, especificamente, a doutrina de OpInfo, do qual se depreendeu que a OpInfo é a “ferramenta”, que aplicada, de maneira planejada, à dimensão informacional, visa a comprometer o processo decisório do adversário.

O terceiro capítulo, anterior ao da análise do objeto em si, iniciou-se por uma contextualização histórica da Primeira Guerra do Golfo e por uma breve pesquisa a respeito da situação estratégica da região do conflito, diante de uma nova ordem mundial. Nesse contexto, notou-se que, após a Guerra Fria, os EUA passaram a ser a única potência hegemônica de um mundo globalizado e cada vez mais dependente do petróleo. Por outro lado, o Oriente Médio, por causa das questões étnicas, sociais e religiosas, da importante posição estratégica e por possuir abundantes reservas de petróleo, possui em sua história diversos conflitos, que muitas vezes resultaram na intervenção de outros Estados, sendo a Guerra do Golfo, apenas mais um desses tantos conflitos.

Após a contextualização histórica, estudaram-se as causas da guerra, pelas quais concluiu-se que a invasão do Kuwait, baseou-se em questões financeiras e no desejo do Iraque em obter o controle da produção do petróleo kuwaitiano. Por sua vez, o interesse norte-americano em realizar a intervenção militar para libertação do território ocupado, deu-se em razão da preocupação de não se permitir que um único Estado controlasse, praticamente, toda a produção de petróleo da região do Oriente Médio.

Finalmente, foram descritas as ações militares do conflito em lide, nas quais se percebeu uma preocupação em alcançar a vitória em um pequeno intervalo de tempo, com economia de recursos e vidas, causando apenas os danos estritamente necessários, para, assim, não se perder o apoio da opinião pública mundial.

No capítulo 4, analisaram-se as ações militares da guerra, com ênfase nos aspectos teóricos anteriormente apresentados. Buscou-se verificar, à luz do arcabouço teórico e do detalhamento das CRI utilizadas — SC, ComSoc, OpPsc, Operações de Ataque e Despistamentos — se o emprego dessas capacidades se apresentou como solução eficaz para o comprometimento do processo decisório do oponente.

Ao avaliar as ações militares, com ênfase nas OpInfo, concluiu-se que as poucas CRI empregadas por Saddam não surtiram efeito, por conta da SupInfo obtida pela Coalizão desde o início da guerra. Por outro lado, a Coalizão conseguiu empregar de forma integrada e eficaz as CRI para influenciar a opinião pública interna e externa, diminuir a vontade e a capacidade de lutar do oponente, bem como comprometer o processo decisório iraquiano.

O desenrolar da guerra demonstrou que as ações de OpInfo, sejam cinéticas ou não, proporcionaram à Coalizão um rápido sucesso na ofensiva terrestre e, conseqüentemente, a vitória da Guerra de forma rápida e sem danos colaterais excessivos, conforme fora previamente anunciado pelo presidente Bush. Por último, cabe mencionar que, em que pese o sucesso alcançado, foi observada uma lacuna quanto à aplicação da acurada atividade de inteligência, no intuito de realizar o levantamento das informações atinentes ao real estado físico e psicológico das tropas iraquianas, para contraporem-se à ofensiva terrestre.

Dessa maneira, buscou-se responder ao seguinte questionamento: o emprego de OpInfo, por parte das Forças de Coalizão, comprometeu o planejamento militar iraquiano, durante a Operação *Desert Storm*, na Primeira Guerra do Golfo, em 1991? E a pesquisa permitiu responder essa questão positivamente. O estudo atestou, assim, que a Coalizão realizou o emprego integrado de CRI, com planejamento focado em efeitos, atuando sobre a dimensão informacional, conseguindo, assim, não só informar e influenciar a opinião pública mundial, conquistar apoios, diminuir a vontade de lutar do oponente, bem como, comprometer o processo decisório iraquiano.

Entretanto, convém reiterar que a presente pesquisa não busca esgotar o tema, mas sim oferecer mais um panorama sobre o assunto. Nesse sentido e a fim de robustecer a fundamentação teórica da norma doutrinária da MB que versa sobre o assunto em lide, sugere-se, como possibilidade de pesquisa futura, um estudo sobre a evolução das OpInfo, considerando-se a inclusão da SC e da operação de inteligência como CRI na doutrina da MB.

Ao final deste trabalho conclui-se, portanto, que a análise dos conceitos e práticas relacionadas às OpInfo em combate tem enorme valia para a MB, haja vista que, no ambiente operacional contemporâneo, a informação apresenta-se como uma ferramenta capaz de influenciar, interromper ou afetar a capacidade do adversário de tomar e compartilhar as suas decisões, podendo por si só – se empregada da forma correta – levar um contendor à vitória, em um conflito.

## REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, J. *La guerra del Golfo no ha tenido lugar*. Barcelona: Anagrama, 1991. 104p.
- BLYTHE, Wilson C; CALHOUN, Luke T. *Como vencer a disputa pela influência*. Military Review, 3 trim. 2020. Disponível em: <[https:// www.armyupress.army. mil/ Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeiro-Trimestre-2020/Como-Vencer-a-Disputa- pela-Influencia/](https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeiro-Trimestre-2020/Como-Vencer-a-Disputa-pela-Influencia/)>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha e Escola de Guerra Naval, 2010. 410p.
- BRASIL. Ministério da Defesa. MD31-D-03. *Doutrina Militar de Comando e Controle*. Brasília, 2007.
- \_\_\_\_\_. Força Aérea Brasileira. DCA 1-1/2012. *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*. Brasília, 2012.
- \_\_\_\_\_. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *Manual de fundamentos de fuzileiros navais*. Rio de Janeiro, 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. MD33-M-11. *Apoio de fogo em operações conjuntas*. Brasília, 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. MD35-G-01. *Glossário das forças armadas*. 5.ed. Brasília, 2015.
- \_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina militar naval*. 1 rev. Brasília, 2017.
- \_\_\_\_\_. Estado-Maior da Armada. EMA-335. *Doutrina de operações de informação*. Brasília: 2018.
- \_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB20-MC-10.213. *Manual de operações de informação*. 2.ed. Brasília, 2019.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. Tradução CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1984. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2020.
- DENAUD, Patrick. *Iraque, a guerra permanente: a posição do regime iraquiano*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. 240p.
- FARO, Miguel C. T. *A Guerra do Golfo de 1991*. 2008. 130p. Academia Militar de Portugal, Lisboa, 2008. Disponível em: <[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6982/1/A % 20 Guerra%20do%20Golfo%20de%201991.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6982/1/A%20Guerra%20do%20Golfo%20de%201991.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- FINLAN, Alastair. *The Gulf War 1991*. Oxford: Osprey Publishing, 2003. 95 p.
- FRANÇA, Júnia Lessa et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p.

HAMMOND, Grant T. *The mind of war: John Boyd and American Security*. Estados Unidos da América: Smithsonian Institution, 2001. 327p

KEEGAN, John. *A Guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005. 288p.

LIND, William S. *Maneuver warfare handbook*. Colorado: Westview Press, 1985. 152p.

McNEILLY, Mark. Sun Tzu e a arte da guerra moderna. Tradução Luiz Carlos do Nascimento e Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 412p.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das guerras*. 3. ed. Sao Paulo: Contexto, 2006. 480 p.

ONU. *Estrutura e composição do Conselho de Segurança da ONU*, 26 jun. 1945. São Francisco: Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional. Disponível em: <<https://www.naçõesunidas.org/conheça/como-funciona/conselho-de-segurança>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

OPEP. *Estatuto da Organização dos Países Exportadores de Petróleo*. Disponível em: <<http://www.opecorg.org/Home/About-Us/>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

OSINGA, Frans P. B. *Science, strategy and war: The strategic theory of John Boyd*. 2. ed. Amsterdam: Eburon Academic Publishers, 2005. 328p.

SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Theresa L. *Tempestade no deserto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. 408p.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo - Vol. III*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 672p.

SMITH, Edward A. – *Effects-based operations: applying network-centric warfare in peace, crisis, and war*. Washington D.C.: CCRP, 2002, 558p.

UNITED KINGDOM (UK). *Joint Doctrine Note 2-13: commander's communication synchronization*. Londres, 2013. Disponível em: <[https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/jdn\\_jg/jdn2\\_13.pdf](https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/jdn_jg/jdn2_13.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. *Joint Chiefs of Staff. Joint Publication 3-13: information operations*. 1 Rev. Washington, DC, 2014.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Guerra do Golfo: uma análise político-estratégica e militar. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.112, n.<sup>os</sup> 1/3 e 4/6. P. 15-54. Jan/mar. e abr./jun.1992.

VICENTE, João. Operações baseadas em efeitos: o paradigma da guerra do séc. XXI. *Revista Nação e Defesa* nº 114, Instituto da Defesa Nacional, verão de 2006. Disponível em: <[https://www.academia.edu/10036644/Operações\\_Baseadas\\_em\\_Efeitos\\_o\\_paradigma\\_da\\_Guerra\\_do\\_séc.\\_XXI\\_Revista\\_Nação\\_e\\_Defesa\\_No\\_114\\_Verão\\_2006\\_Instituto\\_da\\_Defesa\\_Nacional](https://www.academia.edu/10036644/Operações_Baseadas_em_Efeitos_o_paradigma_da_Guerra_do_séc._XXI_Revista_Nação_e_Defesa_No_114_Verão_2006_Instituto_da_Defesa_Nacional)>. Acesso em: 05 mar. 2020.

WAACK, Willian. Guerras do Golfo. In: MAGNOLI, D (org). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 453-457.

## ANEXO A

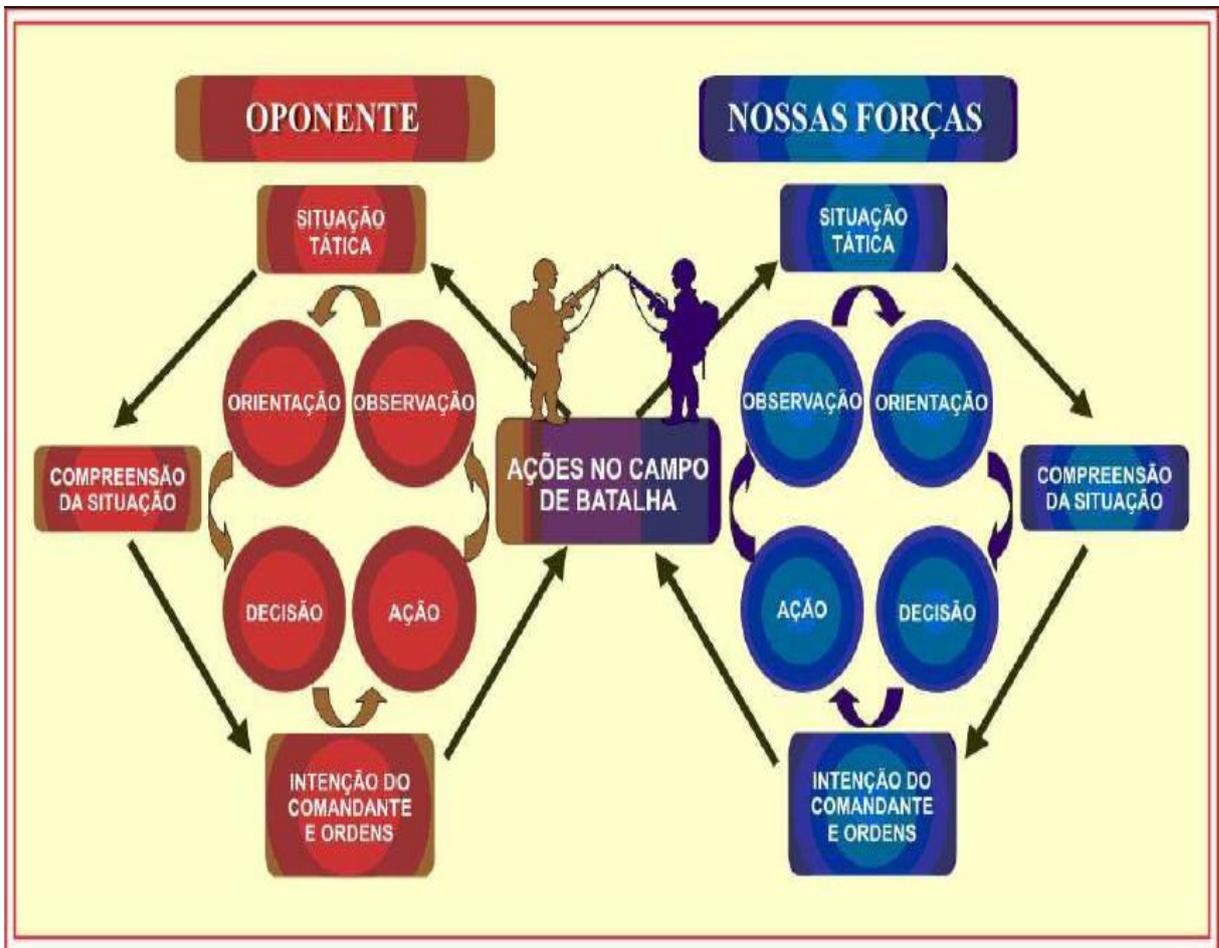


FIGURA 1 – O Ciclo OODA  
Fonte: BRASIL, 2013, p. 3-2.

## ANEXO B



FIGURA 2 – As dimensões do ambiente operacional.  
 Fonte: BRASIL, 2019, p. 2-3.



FIGURA 3 – As perspectivas da dimensão informacional.  
 Fonte: BRASIL, 2019, p. 2-5.

## ANEXO C

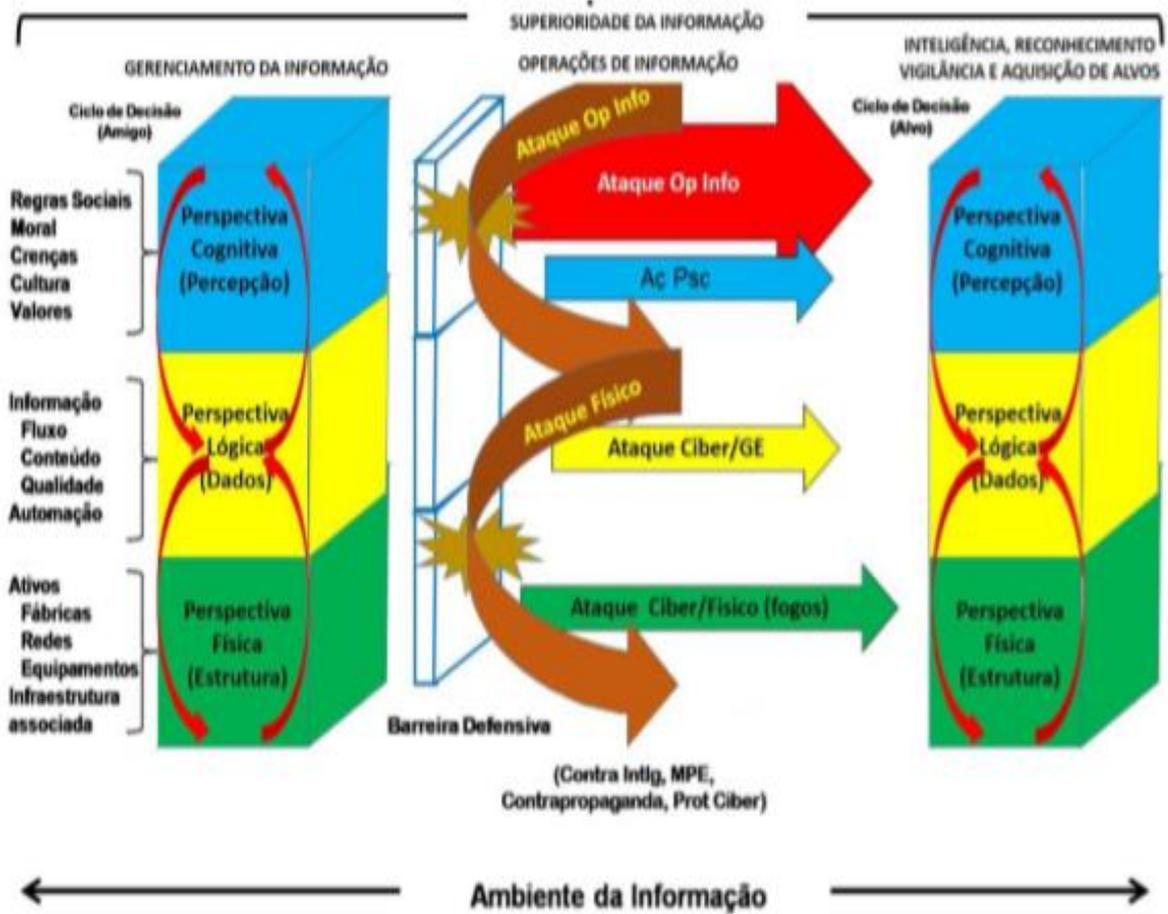


FIGURA 4 – Representação esquemática das OpInfo.  
 Fonte: BRASIL, 2019, p. 3-3.

## ANEXO D



FIGURA 5 – A região do Shatt Al-Arab.  
Fonte: Faro, 2008.

## ANEXO E

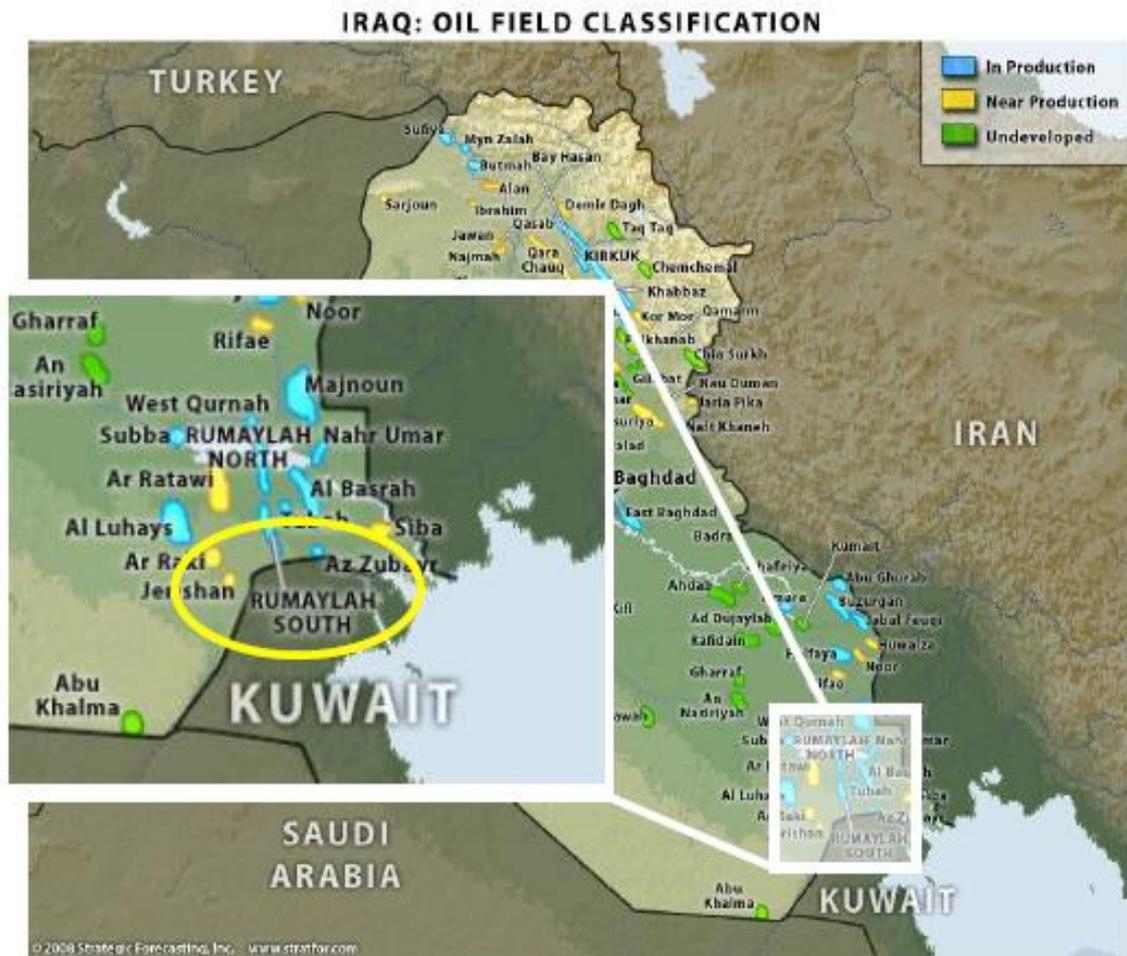


FIGURA 6 – As reservas de petróleo da região de Rumáila.  
 Fonte: Faro, 2008.

## ANEXO F

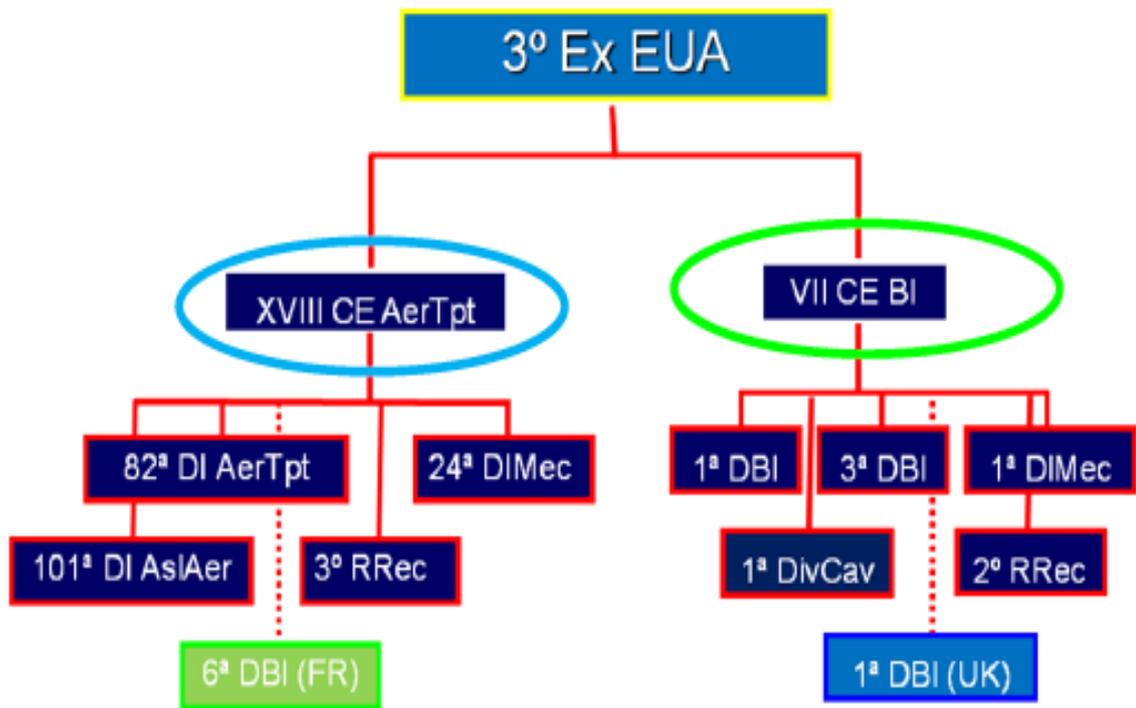


FIGURA 7 – Organograma da Força de Coalizão.  
 Fonte: Faro, 2008.

## ANEXO G



FIGURA 8 – O Teatro de Operações (TO).  
 Fonte: Faro, 2008.

## ANEXO H

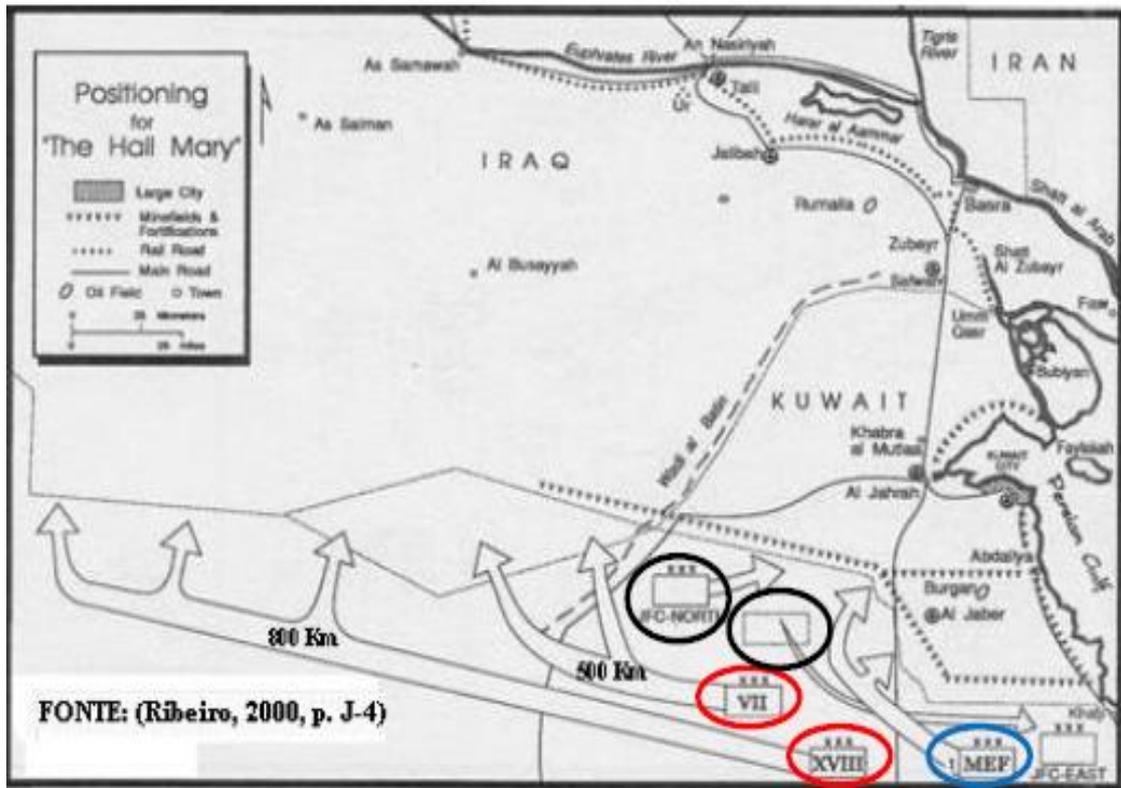


FIGURA 9 – A manobra “HAIL MARY”.  
 Fonte: Schubert, 1998.

## ANEXO I

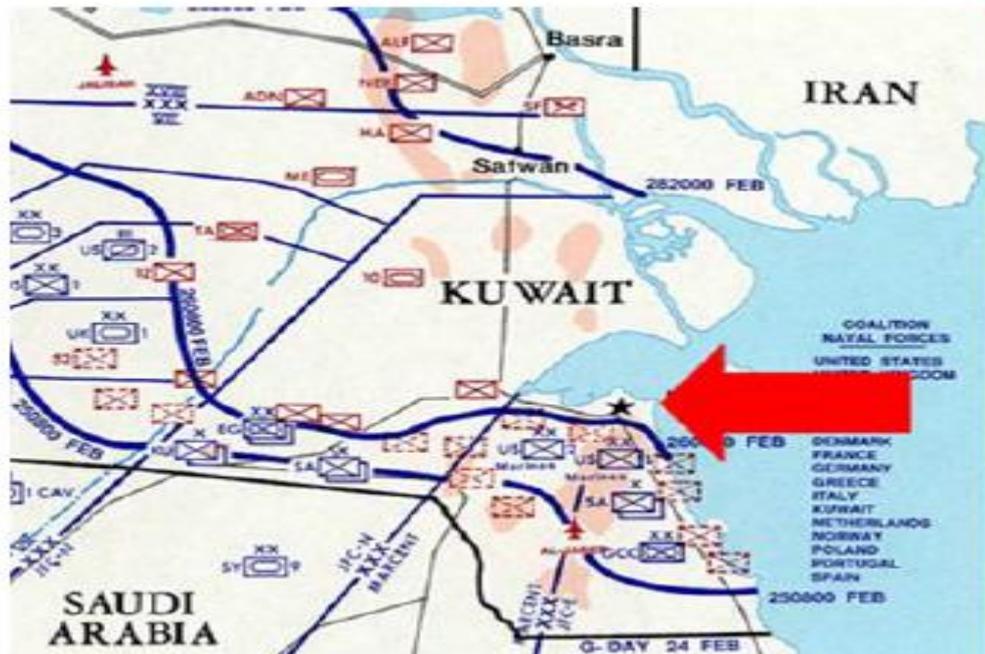


FIGURA 10 – Posicionamento da Força Naval da Coalizão para realização da manobra de despistamento – Demonstração Anfíbia.  
Fonte: Schubert, 1998.

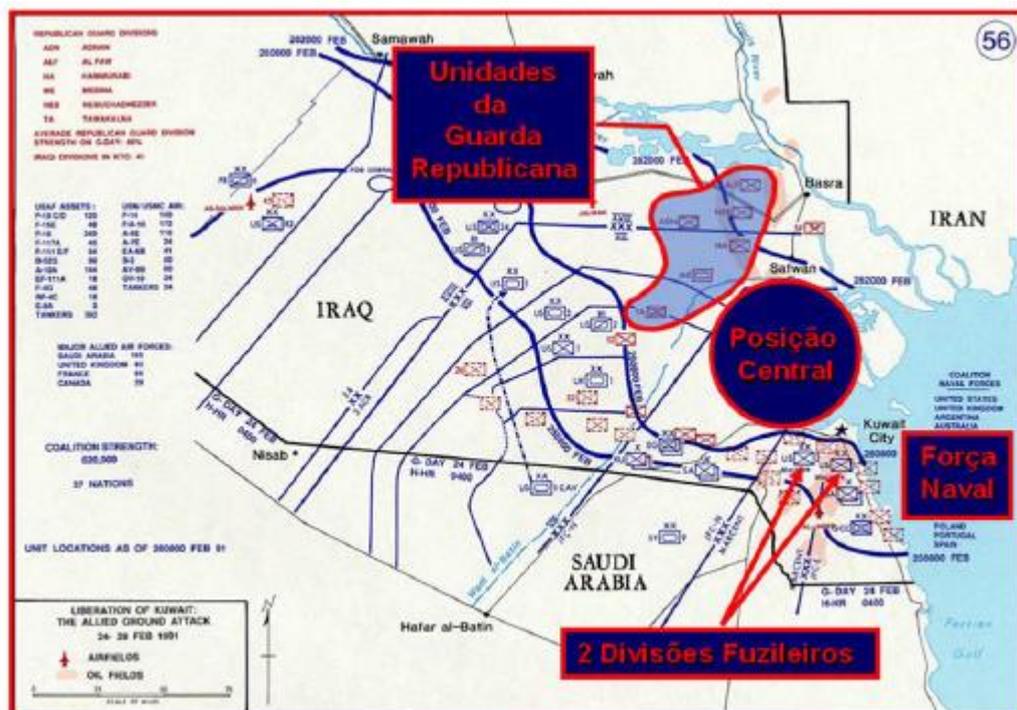


FIGURA 11 - Forças de Fuzileiros Navais simulando esforço na fronteira entre Arábia Saudita e Kuwait  
Fonte: Schubert, 1998.

## ANEXO J

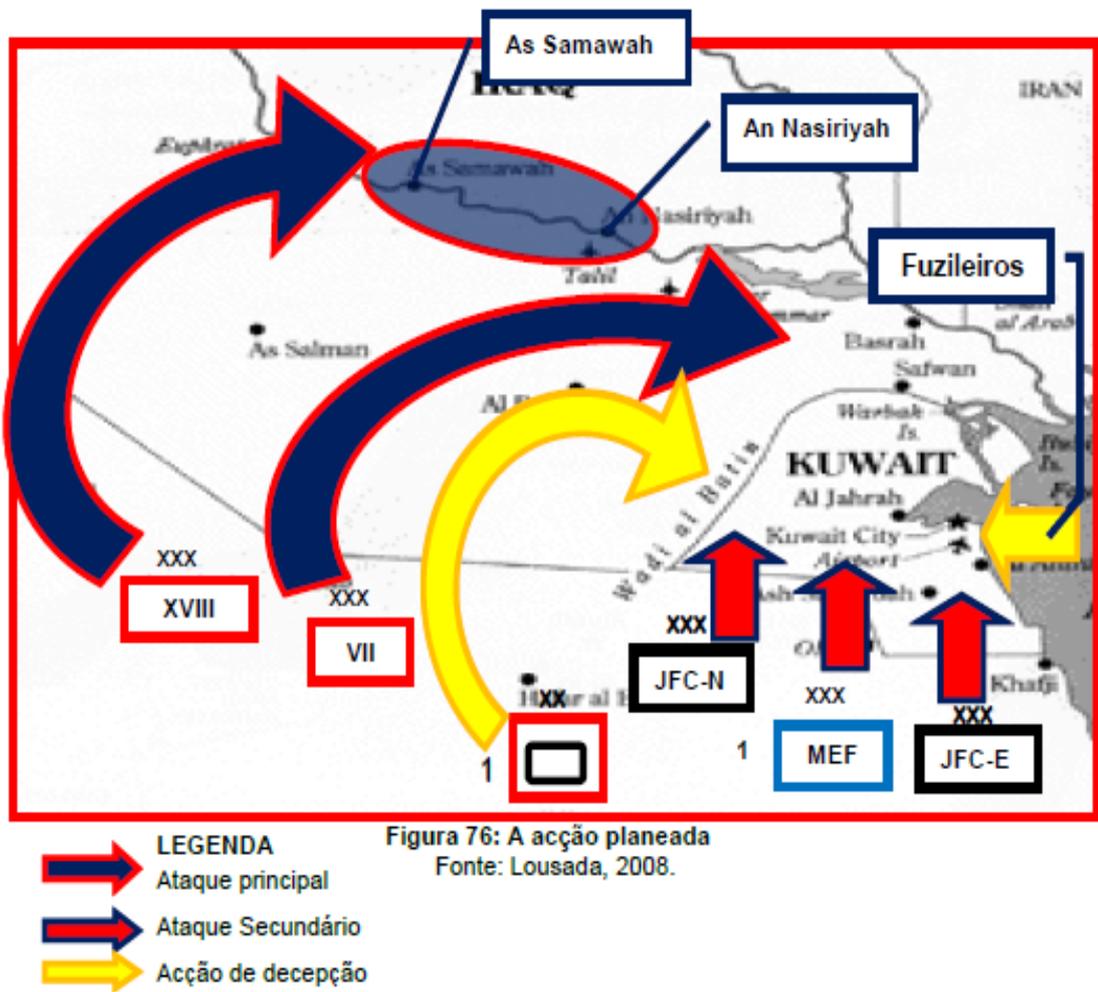


FIGURA 12 – Ações planejadas para a Operação *Desert Storm*.  
Fonte: Faro, 2008.